INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Real Edifício de Mafra- da construção ao processo de classificação

Inês de Maeso Alves

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:
Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL

Setembro, 2024

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Real Edifício de Mafra- da construção ao processo de classificação

Inês de Maeso Alves

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:
Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE-IUL

Setembro, 2024

Agradecimento

Um grande agradecimento à minha orientadora a professora Doutora Sofia Costa Macedo, por todas as orientações, ajudas e ensinamentos no recorrer da realização da dissertação.

Gostaria de agradecer igualmente à minha família por toda a ajuda e paciência nos últimos meses.

Resumo

O Real Edifício de Mafra é um complexo bem patrimonial que, para além de diferentes componentes, conheceu uma diversidade de funções que definiram e condicionaram a utilização do espaço.

De residência real, passando por Palácio Nacional, a património da humanidade este conjunto passou de uma função utilitária para ser uma atração patrimonial e turística, verificado desde o início da sua construção.

Esta dissertação procurou caracterizar o Real Edifício de Mafra nas suas utilizações ao longo dos tempos, focando no momento atual que corresponde a bem património na humanidade e como este factor veio definir o modelo de gestão do conjunto. O trabalho realizado procurou identificar agentes e intervenientes, instrumentos e linhas de ação que se perspetivam nesta fase, tendo em conta um longo percurso histórico de construção de uma atração patrimonial.

Conclui-se que a candidatura do Real Edifício de Mafra a património da humanidade, beneficiou das novas conceções patrimoniais que olham para um edifício – o Palácio e Convento de Mafra como parte integrante de uma envolvente direta – Tapada e Jardim do Cerco e indireta – a vila de Mafra, no verdadeiro sentido de uma comunidade patrimonial.

Palavras-chave: Real Edifício de Mafra; gestão patrimonial; património da humanidade; atração patrimonial

Abstract

The Royal Building of Mafra is a complex heritage asset that, in addition to its different components, has had a variety of functions that have defined and conditioned the use of the space.

From royal residence to National Palace to World Heritage Site, this complex has gone from having a utilitarian function to being a heritage and tourist attraction since it was first built.

This dissertation sought to characterise the Royal Building of Mafra in terms of its uses over time, focusing on its current status as a World Heritage Site and how this factor has come to define the complex's management model. The work carried out sought to identify agents and players, instruments and lines of action that are envisaged at this stage, taking into account the long history of building a heritage attraction.

The conclusion is that the application for the Royal Building of Mafra to become a World Heritage Site has profited from new conceptions of heritage that see a building - the Palace and Convent of Mafra - as an integral part of its direct surroundings - the Tapada and Jardim do Cerco - and its indirect surroundings - the town of Mafra - in the true sense of a heritage community.

Keywords: Royal Building of Mafra; heritage management; world heritage; heritage attraction

Índice

Resumo iii
Abstract v
Índice de figuras ix
Índice de quadros ix
Lista de Siglas xi
Introdução 1
Metodologia 2
Estrutura da dissertação 3
CAPÍTULO 1 - Estado da Arte 5
1.1. O Real Edifício de Mafra 5
1.2. O património como atração 6
CAPÍTULO 2 - Palácio Nacional de Mafra: evolução histórica de uma atração patrimonial 11
2.1- Descrição e Caracterização do Palácio Nacional de Mafra 11
2.2. Os ocupantes de Mafra e as alterações ao conjunto 13
2.2.1. As intervenções no século XIX 15
CAPÍTULO 3. Novo regime em Mafra: de Palácio Real a Palácio Nacional visitável 21
3.1. O Palácio de Mafra: uma atração 21
3.2. A conversão em museu 23
3.2.1. Reconstrução e restauro do Palácio Nacional de Mafra 27
3.2.2 Em direção a uma estratégia de valorização do Palácio de Mafra 29
3.3. Realidade atual do Palácio Nacional de Mafra 32
3.3.1. Uma atração 37
CAPÍTULO 4. Património da Humanidade: a nova realidade do Palácio Nacional de Mafra 39
4.1. O Palácio Nacional de Mafra no momento da candidatura a Património da Humanidade 39
4.2. O processo de inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial da UNESCO 41
4.3. A candidatura 42
4.3.1. Justificação da candidatura 45
CAPÍTULO 5. Linhas orientadoras para a salvaguarda do Real Edifício de Mafra 49
5.1. Princípios de gestão no conjunto monumental mundial 49

5.2. Eixos estratégicos 53
5.2.1. Visitação 53
5.2.2. Conservação e Restauro 55
5.2.3. Museologia, coleções e acervo 57
5.2.4. Educação Patrimonial 59
5.2.5. Novas tecnologias e transição digital 61
5.2.6. Acessibilidade 62
5.3. Instrumentos de gestão 63
Conclusão 71
Fontes 73
Legislação 73
Fontes escritas 74
Imprensa 75
Bibliografia 77
Anexos I
Anexo A I

Índice de figuras

Figura 1. Palácio Nacional de Mafra 11
Figura 2. "Caça do Rei D. Carlos" 21 de dezembro 1907. 19
Figura 3. Planta do Palácio Nacional de Mafra em 1904. 25
Figura 4. Teto da Sala de Diana assinatura do autor são as figuras representadas 28
Figura 5. Mapa do Jardim do Cerco 36
Figura 6. Aspetos dos trabalhos da Assembleia Geral da UNESCO que decorreu em Baku em 2019, na qual foi votada a inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial. 42
Figura 7. Divisão dos temas existentes no documento de candidatura (%) 43
Figura 8. Estado original do teto antes da restauração 57
Figura 9. Armas da Casa Real Portuguesa e Pavilhão da Tapada de Mafra 58
Figura 10. Mapa ilustrativo do tamanho e divisão das Tapadas 59
Figura 11. Indicação da Zona Especial de proteção do Palácio Nacional de Mafra, em 1992. 64
Figura 12. Zonificação do Real Edificio de Mafra, incluindo a zona tampão. A azul está marcado o espaço do palácio e do convento. 65

Índice de quadros

Quadro 1. Visitantes entre 1887-1891 22
Quadro 2. Transição de funcionários da DGPC para a MMP, E.P.E., no que diz respeito ao Palácio Nacional de Mafra 33
Quadro 3. Organização dos funcionários da Tapada de Mafra 34
Quadro 4. Preços por idade e atividade na Tapada de Mafra, no ano de 2024 35
Quadro 5. Evolução do número de visitantes Palácio Nacional de Mafra 37
Quadro 6.Tabela dos objetivos do Real Edifício de Mafra e qual a entidade responsável pelos mesmos 52

Lista de Siglas

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

ICOM – Conselho Internacional dos Museus

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

MMP, EPE – Museus e Monumentos de Portugal, Entidade Pública Empresarial

PNM – Palácio Nacional de Mafra

Introdução

Esta dissertação é realizada no âmbito do Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e apresenta como objeto de estudo o Real Edifício de Mafra. O que me motivou a adotar esta temática, foi o facto de residir no concelho de Mafra e ter visto em primeira mão o que a classificação do monumento fez pela vila, o que despoletou o interesse em compreender como decorreu todo o processo.

O trabalho realizado aborda este monumento do ponto de vista da história da evolução da sua utilização, procurando caracterizar a sua gestão atual, e tem com finalidade a realização de uma evolução histórica do Real Edifício de Mafra, na sua dimensão de monumento visitável, abordar minuciosamente todo o processo de inscrição à lista do património mundial e apurar as alterações ao nível de gestão registadas neste espaço. Esta dissertação aborda temas e assuntos desde a descrição e caracterização do Palácio de Mafra, observação do mesmo enquanto atração, o contexto da sua reconstrução e restauro e escrutínio da sua realidade atual.

Os principais objetivos assumidos neste trabalho consistem em:

- Investigar quais as linhas orientadoras da gestão e salvaguarda que são implementadas atualmente no Real Edifício de Mafra;
- Caracterizar a principais momentos de alteração de função do Palácio de Mafra, com especial destaque para o processo de classificação de património mundial;
- Caracterizar o Palácio enquanto atração patrimonial.

Nesta investigação privilegiou-se a análise de todo o processo de candidatura do Real Edifício de Mafra a Património da Humanidade. Esta dissertação pretende representar, da forma mais credível possível, todos os objetivos apresentados anteriormente, assim como realizar uma reflexão e interpretação crítica de toda as informações resultantes da investigação. Não visa, de qualquer modo, a critica às opções e decisões tomadas pelos envolvidos no Palácio para se tornar o espaço museológico que é hoje, nem aos procedimentos e protocolos do processo de candidatura à UNESCO.

É imprescindível igualmente que se esclareça quem são as entidades que tutelam o Real Edifício de Mafra, assim como a relação entre as mesmas, as suas obrigações, deveres e como se processa a sua organização a nível interno.

Por último está ainda patente no trabalho, investigação sobre a sua evolução histórica, descrição e caracterização no espaço e no tempo bem como as alterações realizadas, principalmente do Palácio e Convento de Mafra. É ainda importante identificar com este

trabalho a conversão do Palácio de Mafra em museu, assim como, a sua reconstrução e restauro e as estratégias de valorização do mesmo.

Considerando o facto de ter ligações a nível pessoal e profissional com uma das entidades trabalhadas desta tese, a Tapada Nacional de Mafra, onde desempenho a função de guia, comprometo-me a empreender a análise e interpretação das pesquisas realizadas com a maior imparcialidade possível.

É também pertinente referir que muitas das informações que constam no trabalho não se encontram disponíveis na internet ou em obras pois, uma vez que, devido à função de guia que desempenho na Tapada, tenho acesso privilegiado a dados e elementos sobre a organização, a sua estrutura e objetivos internos, e pretendo que tal constitua um fator diferenciador neste trabalho.

Metodologia

Esta dissertação assume um carácter essencialmente descritivo e a estratégia metodológica foi desenhada tendo em conta este carácter. No que diz respeito à metodologia utilizada para a realização deste trabalho, a mesma é de base qualitativa (Creswell, 2003) e constou das seguintes fases:

Fase 1 – Pesquisa documental.

A pesquisa documental focada no tema definido para deste trabalho, procurando construir um Estado da Arte, recorrendo à leitura de monografias, dissertações e teses publicadas que ajudassem ao referencial teórico definido para o estudo. Recorreu-se ainda à pesquisa em arquivos documentais (incluindo a imprensa periódica de relevância para o tema) e de imagens que permitissem uma correspondência com os momentos de alterações de funções do Palácio de Mafra. Enquanto fontes, foram consultadas as descrições realizadas sobre Mafra por viajantes, sobretudo estrangeiros, que desde o momento da construção do monumento sobre este escreveram. As descrições dos visitantes estrangeiros permitem conhecer a capacidade de atração turística que desde sempre o conjunto desempenhou. Foram ainda consultadas como fontes, notícias de jornais que permitiram dar conta da transformação dos usos do palácio de Mafra; entre estes a imprensa local foi privilegiada. A documentação produzida no seio do Palácio, já como monumento visitável, sobretudo a que produzida pelas várias administrações patrimoniais (relatórios de atividades) foram também fontes, destacando a variedade de tutelas que existem hoje (e sempre existiram neste conjunto). Para época mais recente, a consulta extensa e intensa ao documento de candidatura do espaço a património mundial foi essencial.

Fase 2 – Trabalho de campo

O trabalho de campo incluiu observação direta do objeto, com visitas ao conjunto no sentido de perceber melhor os circuitos de visita e com um olhar já mais direcionado, após a leitura da bibliografia disponível. Foram efetuadas oito visitas entre os meses de setembro de 2023 e agosto de 2024, em que se procurou verificar alguns aspetos relacionados com a visitabilidade do local, registados num caderno de campo. O trabalho de campo incluiu também a realização de uma entrevista ao diretor do Palácio Nacional de Mafra. Dada a impossibilidade de falar diretamente com Sérgio Gorjão, foi realizada uma entrevista semiestruturada a Adriana Barão de Medeiros, assistente técnica do Palácio, a 11 de setembro de 2023, com um guião de perguntas mais abertas, com a possibilidade de abranger perguntas adicionais, no decorrer da mesma onde novas ideias, pensamentos e necessidades podem surgir, ou seja, uma entrevista mais flexível e de fácil adaptação em relação ao desenvolvimento da mesma e às respostas proporcionadas (Anexo A). Deste modo, a interação entre entrevistador e entrevistado, poderá ser mais ampla e irá igualmente permitir que, com base nas respostas dadas, surjam novas questões e as mesmas possam ser discutidas e abordadas nesse mesmo instante. Os dados recolhidos, permitiram a realização e retirada de conclusões finais sobre este trabalho, o qual só iria ser possível através da realização das entrevistas e análise das mesmas.

Fase 3 – Análise de informação

Nesta fase foi dada especial atenção ao processo de candidatura do Real Edifício de Mafra a património da humanidade, examinar os documentos da candidatura do Palácio à UNESCO e desenvolver uma minuciosa análise sobre a mesma. Foi criada uma matriz das principais componentes do processo de candidatura e os respetivos intervenientes, que permitisse a análise do mesmo.

Estrutura da dissertação

A presente dissertação estrutura-se da seguinte forma. No capítulo faz-se um Estado da Arte que procurou abordar a produção feita sobre os temas em estudo nesta dissertação, focando a questão do conjunto monumental enquanto atração turística e patrimonial; procurou-se entender a forma como tem sido abordado o objeto de estudo a partir de que área disciplinares e os principais contributos. No segundo capítulo faz-se a descrição da evolução do conjunto monumental de Mafra e a sua transição para uma atração, que se consolida no capítulo 3 em que se aborda o percurso de Palácio Real a Palácio Nacional visitável, terminando com a descrição da situação atual.

No capítulo 4 aborda-se a nova realidade do conjunto decorrente, sobretudo, da classificação do espaço com património da Humanidade. É enquanto sítio património mundial que se procura descrever a analisar as linhas atuais orientadoras para a salvaguarda do Real Edifício de Mafra, que se faz no capítulo 5, identificando as principais linhas estratégicas de atuação bem como os instrumentos. No capítulo 6 faz-se a conclusão do trabalho realizado. A dissertação termina com a apresentação das fontes e bibliografia consultada, bem como os Anexos que ilustram e complementam os conteúdos desta dissertação.

CAPÍTULO 1 - Estado da Arte

1.1. O Real Edifício de Mafra

O Real Edifício de Mafra, ou Palácio Nacional de Mafra, é formado pelo Palácio, que integra a Basílica, um Convento, o Jardim do Cerco e uma Tapada, sendo uma das mais magnificentes obras de D. João V, que dispôs de condições culturais e económicas excecionais para a concretizar.

O Palácio desempenhou as funções de Paço Real até ao final da monarquia portuguesa, e foi aqui que D. Manuel II passou a última noite antes de embarcar para o exílio a 5 de outubro de 1910. O Convento foi extinto em 1834 e desde então albergou diversas unidades militares relevantes para a história militar de Portugal, sobretudo nos séculos XIX e XX, e para a memória do exército português. O uso militar do antigo Convento permanece até aos nossos dias.

Para além dos espaços construídos, o Real Edifício de Mafra contempla o Jardim do Cerco, inicialmente a cerca conventual para uso dos frades e da Corte, que mantém evidência da intervenção de D. João V (espécies plantadas e a o modelo de repartição simétrica dos canteiros), um grande lago central, para onde confluem águas da Tapada e um poço anexo associado a uma gigantesca nora, um curioso Jogo da Bola, mandado construir pelos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, quando estes ocuparam o Convento entre 1771 e 1792.

A Tapada de Mafra, com mais de 1.200 hectares, foi criada em 1747 como espaço de caça privado do monarca, agrícola e de criação de gado, de modo a servir as necessidades do Palácio e do Convento. D. Carlos foi utilizador frequente desta Tapada, dotando-a de vários equipamentos.

Desde o momento da sua construção que o Palácio de Mafra foi objeto de admiração e tal ficou registado em textos escritos por autores de várias nacionalidades, o que torna o Palácio de Mafra um edifício sobre o qual se escreveu profusamente.

Os textos mais antigos, precisamente dos viajantes estrangeiros relatam numa primeira fase, contemporânea da construção do edifício, a magnificência arquitectónica, com destaque para os suíços Charles Frederic de Merveilleux, que visitou Mafra cerca de 1720 “Foi encomendado em Roma o plano dum edifício mais sumptuoso que o Escorial” (Chaves, 1983) e César de Saussure em 1730 “Presentemente está construindo numa alta e árida montanha chamada Mafra um palácio, uma igreja e um convento que ficarão soberbos e custarão quantias fabulosas. Informaram-me que muitos mil operários ali trabalham há cerca de três anos” (Chaves, 1983,

p. 246); ou ainda os espanhóis Abade De Montegon que aqui esteve em 1729 "(…) indo a Mafra, onde o rei estava construindo um palácio, um convento e uma igreja. Este último edifício é todo em mármore, quer no interior, quer no exterior e onde se empregava tudo o que o possa tornar magnificente. Creio que o convento poderá albergar pelo menos 300 religiosos, tendo-me surpreendido o refeitório pela sua vastidão. Quanto ao palácio, quando ali estive ainda ia no princípio da construção" (Chaves, 1989, pp. 112-113) e Afonso Texedor "Que direi se aplico a atenção ao Convento de Nossa Senhora e Santo António, junto à Vila de Mafra?" (Texedor, 1751).

Para lá destes textos de viajantes estrangeiros que relatam o esplendor do conjunto de Mafra, vários autores têm trabalhado sobre o monumento, sob várias perspetivas.

Uma primeira perspetiva diz respeito à análise da obra do ponto de vista histórico, arquitectónico e cultural, com destaque para os trabalhos de Manuel Gandra (1989; 2002; 2005) e de António Filipe Pimentel, que teve em Mafra o objeto de parte do seu percurso académico (2000; 2017), este último focando na dimensão de monumentos integral de Mafra.

Estudos parciais têm também sido realizados sob o acervo do Palácio, sobretudo da biblioteca (Gandra, 2003, 2016, 2023; Nogueira, 2023; Pereira & Medeiros, 2012) e da escultura, com destaque para as obras de José Fernandes Pereira (1994, 2003). A museologia tem também sido tratada por alguns autores no sentido de estudar a evolução da musealização utilizando uma reflexão sobre as práticas museológicas e a forma como é feita a construção do espaço e do discurso expositivo no Palácio de Mafra enquanto instituição museológica (Belo, 2010; Soares, 2010).

Os guias são uma outra tipologia documental muito frequente em Mafra, assumindo a dimensão de atração turística deste espaço, existindo várias propostas para roteiro de visita, algumas da autoria de anteriores diretores do Palácio (Gama, 1985, 1991; Montenegro, 1995). Aliás, nesta ótica do Palácio Nacional de Mafra enquanto atração patrimonial (e turística) também tem sido tratado do ponto de vista académico (Faria, 2017).

1.2. O património como atração

Tem-se verificado a transformação de inúmeros Palácios em museus ou espaços que são geridos como atração patrimonial.

O conceito de atração está, em primeiro lugar relacionado com o visitante, que visita, sendo que alguns autores relacionam a constituição de uma atração pela ação de quem usufrui e procura essa atração (a que poderemos chamar de visitantes, turista), um elemento central que

motiva a visita e um elemento informativo (Mondo & Fiates, 2015, p. 451). Um sítio patrimonial pode ou não ser uma atração patrimonial.

Uma atração patrimonial é um elemento com muita relevância para a indústria do turismo e que inclui a visita a sítios (antigos), o contacto com artefactos ou atividades que representam aspetos considerados autêntico do passado (Gordon, 2022). Engloba sítios com valor histórico, arqueológico e cultural, procurando responder ao visitante na sua procura por uma viagem significante ao passado (Lowenthal, 2015). Estas atrações são de natureza vária e oferecem uma visão da história e tradições de uma determinada região ou local. Estas atrações estão inseridas em envolventes dinâmicas, e necessitam de estratégicas que lhes permitam adaptar às diferentes circunstâncias que interferem na sua procura (Chapman, Light & Richards, 2021). De uma forma geral, as atrações patrimoniais funcionam como passagens para o passado, oferecendo ao visitante um vislumbre do mosaico histórico e cultural.

A Comissão Canadiana do Turismo apresentou em 1998 uma definição operativa de atração turísticas "lugares cujo principal objetivo é permitir o acesso público para efeitos de lazer, interesse ou educação"[1], incluindo nestas as de natureza patrimonial cujo foco está nos objetos, sítios e paisagens com valor histórico, cultural e educativo.

Tradicionalmente, e especificamente no contexto europeu, os grandes museus que nascem no século XVIII e XIX, instalam-se em grandes palácios que por vicissitudes várias perderam as suas funções originais, sendo um dos exemplos mais notórios o caso do Museu do Louvre, em Paris (Kiefer, 2000), que em 1793 ocupou parte do palácio do Louvre, residência real até à passagem para Versalhes, museu formado a partir das coleções da monarquia francesa e das espoliações realizadas durante o Império Napoleónico, e que propunha um novo modelo de museu, aberto a uma fruição mais alargada. Quando o fazemos para fins educativos, que contam não só uma história sobre o espaço em si, mas também sobre todo o seu acervo, conseguimos através dos objetos presentes vivenciar e experienciar as vidas de gerações longínquas, e sobretudo as vidas dos anteriores ocupantes de determinados espaços. Olhamos para as paredes com pinturas e decoração trabalhada, coleções de livros ricas não só em conhecimento, mas também história.

Para a adaptação destes grandes edifícios históricos e palacianos a museus e espaços educativos e pedagógicos, as transformações tiveram em conta não só as questões de circulação, mas também a segurança dos visitantes, salas e acervos, além de adaptações expositivas.

[1] No original: "places whose main purpose is to allow public access for entertainment, interest, or education" (Canadian Tourism Commission, 1998, p. 3).

O Palácio de Mafra irá transformar-se em instituição museológica logo após a queda da monarquia portuguesa, em outubro de 1910, sendo que o paço de Mafra (nome pelo qual era conhecido à época), passa a ser considerado um bem da República, com abertura ao público enquanto museu em 14 de maio de 1911. Podemos considerar o Palácio Nacional de Mafra, como um edifico extremamente trabalhado tanto a nível interior como a nível exterior e que guarda não somente os objetos históricos; ele em si é história e uma das maiores atrações que existe no nosso país e a sua história deve ser contada e preservada pelas gerações atuais, mas através da valorização patrimonial do palácio as gerações futuras.

Fernando António Baptista Pereira realiza em junho de 1994 um estudo sobre a recuperação e revitalização do palácio de Mafra, que inclui um estudo museológico que visa a avaliação da importância das coleções presentes no Palácio Nacional de Mafra, no sentido de uma reformulação do seu programa museológico. Neste estudo, umas das preocupações reconhece as dificuldades que advêm da repartição do espaço por diferentes entidades. Outras das preocupações reside no conhecimento das características dos fundos museológicos, sendo possível identificar diversos outros problemas como:

> "(…) o circuito de visita que obriga ao retorno dos visitantes (impossibilitados de completar a circulação pela ala norte, ocupada pelos militares) a inexistência de entrada independente e circuitos autónomos para os serviços técnicos e a inexistência de espaços definidos para reserva; a impossibilidade de abrir ao público áreas de grande interesse como a Casa da Fazenda; a diversidade dos fundos museológicos, especialmente devido à utilização de espaços como reservas de várias instituições (IPM: Museu da Música, Museu do Chiado, Museu do Traje, colecção Vilhena, como citado por Belo, 2010, p.50)

Relativamente as duas primeiras problemáticas, Pereira na sua obra "Palácio Nacional de Mafra - Estudo de recuperação e Revitalização" (1994, p. 76), concorda que a solução passa por uma negociação da afetação de novos espaços que visem complementar a circulação no andar norte, consequentemente aumentando consideravelmente a área de exposição. No que diz respeito à diversidade dos fundos, principalmente as reservas, a solução passa pela devolução ou incorporação de algumas das peças existentes nos acervos do Palácio Nacional de Mafra. Apesar de umas das preocupações gerais dos conservadores e responsáveis pelo palácio após a sua musealização passar muito pela restauração do edifício em si, mas também de salas, tetos e imobiliário, investigava-se através de linhas orientadoras uma estratégia futura que vise a valorização do Palácio Nacional de Mafra, assim como do Convento e Tapada Nacional de Mafra.

O turismo apresenta-se em Portugal como um dos setores económicos mais importantes, de rápido crescimento em todo o mundo. Este acentuado crescimento tem acontecido ao longo das últimas décadas no nosso país, em 2023 os dados turísticos reafirmam a importância desta atividade para o setor e o país.

Em 2023, de acordo com os dados do Turismo de Portugal[2], foram ultrapassados os níveis de pré-pandemia, com cerca de mais 10% nas dormidas, mais 10,7% nos hóspedes e mais 18,9% no que diz respeito às receitas turísticas. Foram ainda registados 30 milhões de hóspedes donde 18,3 milhões eram estrangeiros, isto reflete um amento de 13,3 % e 19,1% respetivamente em relação ao ano anterior (2022).

De acordo com a OMT uma das áreas de maior crescimento turismo global nas últimas décadas é o turismo cultural, que segundo a OMT, representa cerca de 37% do número total de visitantes (turismo total) do mundo. O Secretário-Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT) Zurab Pololikashvili[3], refere ainda na terceira conferência sobre turismo cultural, organizada pela OMT e pela UNESCO, que "A cultura é um dos motores do crescimento do turismo".

Segundo Jaume Vidal, Diretor Regional da Tiqets[4] em Portugal e Espanha, a receita para o sucesso de Portugal com o turismo cultural deriva da diversidade de atrações patrimoniais, com a existência de exemplares arquitectónicos de grande qualidade (dando o caso do Palácio Nacional de Mafra); a singularidade quer das atrações patrimoniais, mas sobretudo dos portugueses; a acessibilidade económica às atrações e, finalmente, a qualidade "Em geral, a paixão que os portugueses colocam nas experiências que oferecem é muito sincera: cada refeição, cada concerto de fado ou cada exposição são cuidadosamente pensados com uma dose generosa de amor pela cultura local" (Vidal, 2023)

[2] Fonte: INE, Banco de Portugal, 2023.
[3] Secretário-Geral do Turismo da ONU, desde janeiro de 2018
[4] A Tiqets é uma plataforma, aplicação online de reserva de museus e atrações que conecta viajantes em todo o mundo com novas formas de aproveitar a cultura.

CAPÍTULO 2 - Palácio Nacional de Mafra: evolução histórica de uma atração patrimonial

2.1- Descrição e Caracterização do Palácio Nacional de Mafra

O edifício monumental que conhecemos como Palácio Nacional de Mafra, de estilo barroco é composto por um Paço Real, uma Basílica, uma biblioteca e um convento franciscano.



Figura 1. Palácio Nacional de Mafra. Fonte: Câmara Municipal de Mafra

Seguindo Paulo Marques (2019), este monumento ocupa uma área construída de 37.790 $m^{2,}$ estando inserido numa área envolvente com 105.000 m^2. Na área construída, contam-se 300 celas, 154 escadarias, 29 pátios e 4.500 portas e janelas. Inclui ainda o conjunto de 92 sinos que foram restaurados recentemente. A fachada principal tem um comprimento de 232 m, e encontra nos seus limites dois torreões, com a Basílica no centro da composição arquitectónica.

Na parte exterior do palácio, na zona traseira, encontra-se a Tapada de Mafra, tendo esta sido utilizada durante a monarquia para caça e lazer. A tapada, com um total de 1.201 hectares, é dividida em três partes: a Tapada Nacional (Real) de Mafra (833 hectares), onde se podem realizar passeios e ver as mesmas espécies de fauna e flora que já existiam na época de construção do Palácio; a Tapada Militar (360 hectares) exclusiva para militares e o Jardim do Cerco (8 hectares), um jardim público que se encontra no lado esquerdo do PNM.

A origem deste edifício real é deveras conhecida. Reza a tradição que em 1711 o rei de Portugal, D. João V, encontrava-se casado com a rainha D. Maria Ana Josefa de Áustria e sem

herdeiro que assegurasse a sucessão ao trono. Na lenda da construção de Mafra são protagonistas para além de D. João V, a sua mulher, a Rainha D. Maria Ana e um frade arrábido, Frei António de S. José. Por intermédio deste último é dada a indicação ao rei de que se este construísse um convento, que teria um herdeiro, conselho que o rei torna em promessa (Marques, 1962). O rei promete a construção do convento para 13 frades, se num prazo de um ano houver um herdeiro e, a 4 de dezembro de 1711 nasce a primeira filha do rei, D. Maria Bárbara de Bragança, que mais tarde se iria tornar rainha de Espanha por casamento com o rei D. Fernando VI. As obras de construção de um convento em Mafra iniciam-se em 1717: "A respeito da origem da fundação d´este grande colosso, diz-se que D. João V para haver sucessão fizera voto de erigir um convento para frades arrabidos na villa de Mafra, onde elles tinham um pobre hospicio" (Gomes, 1866, p. 3).

Na realidade D. João V não irá apenas cumprir a sua promessa, como irá expandi-la. De um pequeno convento para 13 frades passa a um convento para 300 frades e a este projeto junta-se um Palácio Real. Segundo Gomes (1866), a construção deste monumento começou a 17 novembro de 1717, o projeto teve a maior continuidade possível onde o arquiteto responsável foi Johann Friedrich Ludwig, mas conhecido em Portugal por João Frederico Ludovice, um alemão, um dos mestres da época. Com todos os aumentos no projeto, pedidos de expansão, aumento de edifícios e outras alterações, este projeto decorre por treze anos. A 22 de Outubro de 1730, a Basílica do convento teve oficialmente a cerimónia religiosa da sagração. Quem assistiu a este ato foi o rei, rainha, toda a família real, grandes do reino, uma força militar, dois cardeais, o patriarca, quatro bispos e 320 frades, esta festa teve a duração de oito dias. Esta inauguração foi feita com grande parte do edifício principal ainda por acabar (Belo, 2010).

As diversas alterações ao que seria o projeto inicial, são hoje mais difíceis de apreender, uma vez que a documentação não existe: "Tudo o que se relacione com a obra, as contas, os orçamentos, as plantas, enfim quaesquer documentos que possam elucidar e orientar nos calculos tudo desapareceu, como por encanto, e d"elles não restam vestigios" (Ivo, 1930). Também Pimentel (1992) reforça a ideia anterior, de que toda a documentação referente à construção se perdeu no terramoto de 1755 que assolou Lisboa e destruiu o palácio real.

Belo (2010) aponta para o facto de o edifício nunca ter sido oficialmente acabado, e que a construção terá sido abandonada entre 1744 e 1750, ano da morte de D. João V: "Terminaram os trabalhos em 1744; muitos detalhes ficaram e estão ainda por concluir" (Ivo,1930).

O conjunto engloba um convento, uma Basílica, uma biblioteca, um palácio e ainda uma horta-jardim. As dependências conventuais ocupam uma grande parte do edifício, sobretudo as alas laterais e posterior do piso térreo, mas, apesar da sua expressão, têm uma posição

secundária. O palácio, juntamente com a basílica implanta-se na fachada principal, voltada à localidade (e ao mar), ocupando a quase totalidade do piso superior, onde está também a biblioteca. D. João V pouco terá habitado este edifício, utilizando-a sobretudo como como casa de campo e durante as épocas de caça. Nos reinados posteriores, entre D. José I e D. Manuel II, o palácio real foi temporariamente ocupado pelas famílias reais, algumas das quais realizando obras que alteraram o palácio, e que não são fáceis de identificar, uma vez que o projecto original terá sido perdido no terramoto de 1755 (Belo, 2010).

A documentação existente, posterior à construção do conjunto, consiste principalmente em plantas produzidas por militares (desde as invasões francesas, e sobretudo após a extinção das ordens religiosas de 1834, altura em que o convento de Mafra foi ocupado por instituições militares, nomeadamente a Escola Prática de Infantaria, que ainda perdura nos dias de hoje) e pelas obras de Frei João de Santa Anna, de Frei Cláudio da Conceição e de Joaquim da Conceição Gomes, onde existem referências às as alterações entretanto realizadas.

2.2. Os ocupantes de Mafra e as alterações ao conjunto

A tradição oral de Mafra relata que era ponto assente que D. José não apreciava o envolvimento conventual associado a Mafra e por esse motivo pouco se deslocava ao mesmo. Em 1744, o seu pai, D. João V adquiria quintas e casais num perímetro de três léguas em torno do edifício conventual de Mafra, não só para se fazer uma cerca conventual, mas também para construir uma tapada onde D. José (então príncipe), pudesse ir à caça e assim ir mais vezes a Mafra (Silva, 2006). Este esvaziamento de significado de Mafra para a família real agrava-se com a doença do rei: "Agora que o rei, devido à sua doença, com dificuldade se deslocava a Mafra, aquela enorme construção corria o risco de permanecer deserta se não conseguisse atrair para lá o herdeiro do trono" (Silva, 2006, p.102).

No que diz respeito à permanência da família real em Mafra existem poucas informações, documentos e relatos, acerca deste período. Um dos poucos relatos que existe é uma carta de Ayres de Sá a Thomas de Mello Breyner, onde este refere duas notícias de visita de D. José e família a Mafra. Nesta carta são descritas algumas cerimónias religiosas realizadas pela família real, assim com as refeições da mesma no convento; é ainda relatado por Ayres de Sá a utilização do Paço Real como habitação por D. José. "Quando el rei deliberou a sua vinda mandou ornar de veludos, damascos e outras preciosas tapeçarias o soberbo, magnífico e sumptuoso Palácio que circunda aquela grande obras (…) se retirou com esse mesmo luzido acompanhamento para

o seu Palácio da parte do Norte, aonde se lhe tinha magnificamente preparado o seu real alojamento" (Sá, 1905).

São ainda conhecidas as idas de D. José a Mafra para frequentar as festas de S. Francisco, no mês de outubro e para caçar (Belo, 2010). Para além disso, desde o terramoto de 1755 que a família real tinha preferência por habitações em madeira:

> "preferiam habitar em casas de madeira, embora pequenas e pouco adequadas, do que correrem o risco de viver em edifícios de pedra. Durante dezassete anos D. José nunca mais tinha dormido numa casa propriamente dita. Para onde quer que fosse, armavam-se barracas ou tendas para a sua acomodação. Vi tendas preparadas para o receber nos campos próximos de Mafra, enquanto aquele enorme edifício, construído com tanto dispêndio, estava totalmente ao abandono, negligenciado e por mobilar" (Monteiro, 2006, p.213).

Pimentel (1992) realiza um resumo de alguns dos diversos acontecimentos mais emblemáticos no que diz respeito às transformações do Palácio e Convento, essencialmente no que diz respeito à biblioteca. Após os franciscanos saírem do convento em 1770, o mesmo, juntamente com o edifício real, será entregue aos agostinhos (Cónegos Regrantes de Santo Agostinho). Durante a permanência destes no edifício e convento de Mafra entre 1770-1791 foi construída a famosa e memorável biblioteca. Para este projeto foi contratado o arquiteto Manuel Caetano de Sousa. Com a sua planta em cruz e os seus 88 metros de comprimento, esta obra não será acabada, devido à curta permanência dos agostinhos no edifício, sendo sido originalmente programado a aplicação de folha de ouro sobre as madeiras entalhadas, e ainda em todas as pinturas ilustrativas. A colocação das obras/volumes nas estantes decorreu a partir de 1794 já sobre a alçada dos franciscanos, a quem o convento foi devolvido em 1791, no reinado de D. Maria II.

A biblioteca contém obras sobre medicina, direito, literatura, filosofia, enciclopédias de costumes, dicionários, gramáticas entre outros. Na secção mais a sul podemos encontrar os temas religiosos, e a norte encontramos as obras de ciências puras. Nesta biblioteca encontramos e obras, volumes, exemplares únicos ou cuja raridade é de grande valor, como por exemplo primeira edição do Alcorão, de 1543, ou a Bíblia poliglota de 1514, ou ainda a primeira edição da obra de Luís de Camões "Os Lusíadas".

A conservação da biblioteca é um ecossistema interessante: para além dos especialistas, estão também morcegos que habitam dentro da própria biblioteca, cujo objetivo é durante a noite caçarem os insetos que comem e danificam o papel, tinta e cola dos livros:

> "É conhecida a relação dos morcegos com a biblioteca do Palácio Nacional de Mafra e outras áreas deste monumento, contribuindo para a preservação e equilíbrio "ecológico". Desta forma,

> na biblioteca os morcegos têm um espaço privilegiado de caça de insetos nocivos aos livros, ajudando à conservação dos mesmos. (...) Os morcegos são um ponto de contacto entre dois tipos de património, Natural e Cultural, que interagem neste monumento"[5].

Este facto pode também ser comprovado pelo programa televisivo "Acontece" da RTP2 transmitido em 1996, que conta como personalidades Carlos Pinto Coelho e conta com as declarações de Teresa Amaral Dias, responsável pela biblioteca. Neste episódio Carlos Pinto Coelho menciona a existência na escuridão da biblioteca de colónias de morcegos, cujo objetivo é ajudar na preservação dos livros.

No que diz respeito às grandes obras decorativas no início do reinado de D. Maria I (que governou entre 1777 e 1792), não existem registos de alguma obra realizada no Palácio. As grandes alterações só se realizaram com a saída dos agostinhos e a devolução do convento aos franciscanos. Ayres de Carvalho (1992) considera que "a partir dos finais do século XVIII, o monumental edifício passou a funcionar sobretudo como depósito de excedentes de mobiliário".

2.2.1. As intervenções no século XIX

O Paço de Mafra será habitado permanentemente, durante o período de um ano, no reinado de D. João VI (1767-1826)[6], onde atingirá o seu esplendor máximo. Irão realizar-se um conjunto de intervenções sucessivas, no início do século XIX, no âmbito da ocupação do Palácio enquanto residência do rei D. João VI, até que a família real sai para o Brasil a partir da Ericeira.

Os salões sofreram grandes alterações e transformações, ganhando diversas pinturas murais, assim como mobiliário valioso, e outras raridades artísticas e que vinham dar resposta aos reparos feitos no século XVIII pelos vários visitantes que por aqui haviam passado:

> "Eram primitivamente todos os salões do palácio isentos de quaisquer pormenores decorativos ou pictóricos, a não ser certamente o rico mobiliário tapeçarias e quadros, elementos esses que segundo consta foram levados em grande parte para o Brasil por D. João VI, quando das Invasões francesas. Foi, portanto, no reinado de D. Maria I e de D. João VI que se enriqueceram de pinturas murais alguns dos salões de Mafra, sendo confiada em grande parte a direcção artística ao pintor Cirilo Volkmar Machado" (Carvalho, 1992, como citado em Belo, 2010, p. 12).

[5] *O Jornal de Mafra*, edição de 21 de agosto de 2023.

[6] D. João VI foi rei de Portugal entre 1816 e 1826. Em 1792, com a doença de D. Maria I, D. João tornou-se representante da coroa e, em 1799 recebeu o título de príncipe regente, que manteve até a morte da rainha em 1816. Em 1807, com a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o príncipe regente foi obrigado a transferir a corte portuguesa para o Brasil. Com a morte da rainha, Dom João foi coroado Rei de Portugal, Brasil e Algarve.

Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823), escultor e arquiteto e pintor português, foi convidado em 1796, para fazer a pintura mural de parte do Palácio. A ida da família real para o Brasil em 1807, irá interromper este trabalho. A intervenção de Cyrillo Volkmar Machado descreve-se da seguinte forma:

> "Irá decorar os tectos dos Oratórios norte e sul, a Sala dos Camaristas, o tecto da Sala das Descobertas (as telas, entretanto desaparecidas, foram pintadas por Francisco Vieira Portuense, Arcângelo Foschini, Bartolomeu Calisto, Domingos António de Sequeira e José da Cunha Taborda), o tecto da Sala dos Destinos, o tecto e as paredes da Sala da Tocha (actualmente metade da Sala de Diana), as telas das paredes (já desaparecidas) e o tecto da Sala da Guarda, cujo friso foi realizado pelos escultores e discípulos de Giusti, Brás Toscano de Melo e Roberto Luís da Silva e a Sala de Audiência (juntamente com Manuel Piolti que desenha as perspectivas e os ornamentos, pintados por José António Narciso, Anacleto José Narciso, Vicente Paulo, Eusébio de Oliveira, Eugénio Joaquim Álvares, José Tomás, João de Deus; as outras figuras foram executadas por Calisto, João de Deus, Foschini e Joaquim Gregório; as virtudes nas paredes e os baixos relevos do rodapé são obra de Domingos Sequeira)" (Belo, 2010, p.11)

Esta intervenção surtiu efeitos e o Palácio de Mafra ganha outros contornos na perspetiva de quem o visita. A descrição de Carl Israel Ruders na sua visita a Mafra em 1801, permite-nos conhecer algumas perceções: "(…) Em certas salas, no entanto, havia paredes e tectos muito bem pintados e de lindo efeito. (…)" (Gandra, 2005, p. 212). Mas com a ida da família real para o Brasil, toda a riqueza e luxo que o Palácio continha no seu anterior, acabou por desaparecer, as paredes voltam a ficar nuas e as salas desertas, sem mobília.

A morte de D. João VI, a sua sucessão e as lutas liberais em Portugal (1832-1834) vão ter impacto no conjunto monumental de Mafra, com o seu abandono gradual. No contexto das guerras liberais os frades que habitavam o convento de Mafra irão abandoná-lo, mais concretamente a 25 de agosto de 1833:

> "Desde este dia ficou o convento em completo abandono, e milagre foi que as maiores preciosidades artísticas, como os paramentos e outros se conservassem em recato, quando d"elle sahiram madeiras mobílias, roupas e muitos artigos mais que foram adornar e prover as moradias de muitos habitantes, até de povoações bem afastadas da villa" (Ivo, 1906, como citado em Belo, 2010, p.15)

Com a extinção das ordens religiosas em 1834[7] o conjunto de Mafra, e mais especificamente o convento, é votado ao abandono e assim se manteve durante alguns anos,

[7] O Decreto de 30 de maio de 1834, da autoria de Joaquim António de Aguiar, determinou a imediata extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares, e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, à exceção dos vasos sagrados e paramentos que seriam entregues aos Ordinários das dioceses.

com as respetivas consequências no que à sua conservação diz respeito. O processo de abandono e destrato do conjunto foi apenas mitigado e minimizado com a instalação de unidades militares na área conventual, a partir de 1841, que permitiu parar a saída de objectos que foram adornar algumas propriedades rústicas e urbanas de particulares, e ainda fazer uma conservação mais ou menos cuidada daquela parte do Monumento (Belo, 2010).

Uma nova ocupação do Palácio de Mafra só irá acontecer a partir do reinado de D. Maria II (1819-1853). Após o casamento de D. Maria II e de D. Fernando, em 1836, Mafra e o seu deslumbrante edifício, voltaram a ser habitados com frequência. A título do rei por direito, várias obras de manutenção e restauro foram realizadas, sendo as mesmas registadas na correspondência do Almoxarifado, a correspondência Oficial e Livros de Registos de Ofícios de Mafra. Em 1842, Felix Lichnowsky[8], recorda nas suas memórias a sua visita a Mafra e ao famoso palácio:

> "(..) apezar das suas longas enfiadas de camaras, não se depara uma única sala, que corresponda a tanta grandeza; a propria sala do throno tem dimensões moderadas; varias soffriveis pinturas a fresco, e grandes cortinados vermelhos de velludo e damasco, dão-lhe de algum modo uma decente apparencia" (Lichnowsky, 1845, p. 138).

D. Fernando vai encetar uma campanha de obras mais relevante, sob pretexto da subida ao trono de D. Pedro V (1837-1861) em 1853. Em 1854/1855 sob a alçada do arquiteto real, Possidónio da Silva[9], vão realizar-se melhoramentos nos quartos (no torreão sul) de D. Pedro, mas mantêm-se os problemas com a conservação de alguns aspetos do palácio: "estão em risco as pinturas que recentemente se fizeram nos qts de S. Majestade" (Belo, 2010, p.17).

Durante o reinado de D. Luís (1838-1889) há uma nova campanha de obras em Mafra. A decoração existente do tempo do reinado de D. João VI mantem-se mas, "Os aposentos da familia real nos torreões apresentam pinturas modernas, mas muito simples, por isso que as camaras internas teem sofrido diversas alterações na sua divisão interna. (..) Ao lado do sul, proximo dos aposentos reaes, acham-se a sala nova da recepção, ante sala, casa da meza, e finalmente umas outras de menor consideração" (Gomes, 1866, p. 70)

[8] 1814-1848. Nasceu em Viena e integrou os exércitos carlistas na atual Espanha. Destacou-se também como político e parlamentar. Em 1842 foi convidado por. D. Fernando, seu conterrâneo, para analisar a situação económica do país e oferecer alguns conselhos ao rei consorte. Da sua visita a Portugal resulta uma obra: "Portugal, recordações do ano de 1842".

[9] Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806- 1896) foi um arquiteto, arqueólogo e fotógrafo português. Foi arquiteto da Família Real Portuguesa. Foi fundador e presidente da Associação dos Arquitectos Civis Portugueses que passou a se chamar Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, antes de se cindir nas atuais Ordem dos Arquitetos e Associação dos Arqueólogos Portugueses. A sua carreira irá ficar ligada ao Palácio de Mafra, tendo feito o levantamento da sua planta logo no início da sua carreira e legou os seus livros à biblioteca de Mafra.

Com o aumento da frequência com que a família real se encontrava em Mafra, foi necessário a realização de obras na cozinha do convento para poder servir a casa real. Existia também a maior urgência quanto ao número de quartos de modo que parte das instalações conventuais são apropriadas para a utilização doméstica: "Em consequência da falta de accomodações vantajosas, acha-se reunido ao palácio, desde longa data, a parte do convento denominada coristado e noviciado, bem como a casa da convalescença, proxima da enfermaria - ultimamente teem-se preparado algumas salas e quartos, na verdade com muito bom gosto." (Gomes, 1866, p. 71)

A extensão da intervenção foi grande. Registam-se nos registos do Almoxarifado de Mafra[10] a aquisição de matérias-primas em abundância "almagre, alvaiade, ocre, pó-de-sapato, fezes-d"oiro, azul-ultramarino, gengibre, verde-bronze, sombra, vermelhão China, gengibre amarelo, terra de Siena, sangue de drago, gengibre dourado, açafrão da terra, amarelo inglês, verde salsa inglês e roxo-rei" (Belo, 2010, p. 18), pigmentos possivelmente utilizados para o tratamento dos paramentos do palácio. Em 1886, existiam cerca de "200.000m^2 de paredes para caiar, cerca de 40.000m2 de pavimentos para limpar e 150 grandes candeeiros e tocheiros para arear duas vezes por ano" (Belo, 2010, p. 18). Estas intervenções antecederam o casamento de D. Carlos e D. Amélia em 1886, que também visitaram Mafra, visitas que eram acompanhadas pela imprensa, o que tornava o conjunto mais visível para o público que lia as notícias. A partir de 1888 "o arquitecto Xavier da Silva fica responsável pela sua manutenção com um orçamento de 4.000$oo réis (…) restaurou- -se muito do que se havia danificado e creou-se o logar de Conservador da Basílica para cujo cargo foi nomeado Joaquim da Conceição Gomes" (Ivo, 1906, p. 30). Foram ainda realizadas pequenas obras nos carrilhões e nos terraços do palácio.

As obras no Palácio, quer as de manutenção, quer as de maior envergadura são noticiadas na comunicação social, sobretudo no reinado de D. Carlos I, na "eventualidade de uma prolongada residência do verão"[11] da família real no palácio. O "Jornal de Mafra" fala dos "trabalhos a que se está procedendo na parte do palacio que vae ser habitada por el-rei"[12]. No jornal "O Mafrense" dá-se conta do andamento das obras que "tanto carecia o grandioso monumento d'esta villa, objecto de admiração de nacionais e estrangeiros e, pelos quaes em grande numero é visitado"[13]. No interior do edifício uma das obras mais marcantes será a remoção, por ordem de D. Amélia, da pintura das portas interiores do palácio.

[10] Entre 1880 e 1898.
[11] *O Mafrense*, Ano II, n.º 102, de 1 de dezembro de 1889.
[12] *Jornal de Mafra*, Anno II, nº 54, Domingo, 8 de julho de 1888.
[13] *O Mafrense*, Ano II, n.º 102, de 1 de dezembro de 1889.

A ocupação da família real com mais acuidade trouxe alterações ao palácio: a Rainha D. Maria Pia quando o visitava ficaria no piso nobre do torreão sul, aposentos do rei que os cedia à mãe; nestas alturas o rei deslocava-se para os aposentos do segundo andar do torreão sul e D. Amélia para os aposentos do terceiro andar, o que confirmado não só pelo descrito anteriormente, mas também pela planta elaborada em 1904. Estas alterações implicariam a introdução de mobiliário, têxteis e outros objetos (Belo, 2010).

Estas alteração são significativas no reinado de D. Carlos. As frequentes caçadas que o rei fazia em Mafra originavam adaptações no espaço. As caçadas decorriam em agosto e o "Jornal de Mafra" dá conta dos eventos (figura 2).



Figura 2. "Caça do Rei D. Carlos" 21 de dezembro 1907. Fonte: S.M. Ep.

A redução do núcleo familiar, implica uma menor necessidade de acomodações, o que vai originar a que cada vez mais espaços sejam entregues aos militares, nomeadamente aquelas que tradicionalmente pertenciam aos aposentos dos príncipes:

> "Dizem-nos que Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Carlos cedeu ao digno commando da escola pratica de infanteria e cavallaria seis casas do real palacio de Mafra, situadas na parte superior do chamado Palacete do Norte, afim de n"ellas se estabelecer uma enfermaria para tratamento dos militares que aqui possam adoecer (...). As referidas casas são perfeitamente ventiladas e teem escada independente ao real palacio, com communicação directa para os corredores da escola e para a rua. Foi por isso uma boa acquisição"[14].

Pelo facto da maior frequência da família real em Mafra, existiu uma melhoria generalizada nas externalidades que serviam a estadia da família. Uma delas foram as estradas, assim como melhores transportes permitindo uma deslocação mais rápida de Lisboa, Queluz ou Sintra.

[14] *O Mafrense*, Anno II, nº104, 15 de dezembro de 1889.

Mafra tornou-se uma espécie de "espaço seguro" para os reis de Portugal: foi aqui que D. Carlos se refugiou aquando da tentativa de rapto republicano em 1892: "D. Carlos transferiu a sua residência para Mafra em 1892 para melhor se resguardar, bem como toda a Família Real, de um rapto que estaria eventualmente a ser preparado pelos republicanos, com o fim de obrigar o monarca à abdicação e ao exílio (Costa, 1943, p. 26); e foi aqui que a família real se refugiou na véspera do seu exilio para a Inglaterra na sequência na implantação da república onde D. Manuel II passou a sua última noite em Portugal, no quarto do torreão sul[15].

[15] *Jornal de Mafra*. https://jornaldemafra.pt/a-5-de-outubro-de-1910-familia-real-segue-para-o-exilio-a-partir-da-ericeira-3/

CAPÍTULO 3. Novo regime em Mafra: de Palácio Real a Palácio Nacional visitável

3.1. O Palácio de Mafra: uma atração

O conjunto de Mafra desde o momento da sua construção foi uma atração. Desde o século XVIII que viajantes estrangeiros visitam o edifício, deixando impressos os relatos da sua passagem. É possível verificar que 46 viajantes estrangeiros entre 1720 (o suíço Charles Frederic de Merveilleux) e 1904 (o japonês Katisako Arawisa), visitaram e escreveram sobre o Palácio de Mafra. Os relatos dão conta da grandeza admirável deste edifício em termos estéticos e arquitetónicos, e também as fragilidades em termos de mobília, decoração e arte no interior do edifício real. O major William Dalrymple visitou o palácio em 1774 e descreve-o como "(…) um Palácio magnífico cujas paredes se encontram nuas (…)" (Gandra, 2005, p. 111). Em 1787, o romancista e autor inglês William Beckford, descreveu a sua visita ao palácio:

> "Tem a série das salas setecentos ou oitocentos pés de extensão, e enche-nos de assombro a correnteza, que parece não ter fim, das altas portas, vistas em perspectiva; mas em breve nos sentimos cansados de tanto admirar, e concordámos em afirmar que estes aposentos eram os mais monótonos e desconfortáveis, que tínhamos visto: não têm variedade alguma na disposição e pouca nas dimensões. Reina em todos eles a mesma uniforme nudez, porque a mobília está guardada em Lisboa: nem um nicho, nem uma cornija, nem uma moldura quebram com a sua curva a tediosa uniformidade daquelas paredes brancas e nuas" (Gandra, 2005, p. 120).

O Conde Gorani relata nas suas memórias de Portugal entre 1765 e 1767 que "Do lado direito desta imensa mole, que é onde estão instalados os monges, está o grande palácio para o Rei, sua família, senhores e damas da Corte. À esquerda há outro belo palácio para hospedar o Cardeal Patriarca e os doze primazes da soberba Colegiada" (Gandra, 2005, p. 227).

Também o suíço Charles Fréderic de Merveilleux[16] relata a sua visita em 1726, e refere que o Palácio de Mafra é a "metamorfose do ouro em pedra". Merveilleux também apresenta uma leitura semelhante quanto à existência de um palácio para a patriarcal, no entanto a sua descrição do edifício é com base nas plantas do projeto, onde a ideia de uma patriarcal em Mafra parece ter sido considerada.

[16] Natural de Neuchatel, médico e naturalista, Senhor de la Moloniere. Foi Coronel do exército francês. Esteve ao serviço de D. João V, como naturalista, viajando pela Península Ibérica de 1720 a 1726. Morreu em Paris em 1741.

Murphy[17] relata as suas impressões de Mafra no seu texto "Travels in Portugal" (1790):

> "From the nature and magnitude of this edifice, it may consider as the Escurial of Portugal; which structure the Royal founder intended to emulate; it occupies more ground; and the treasures it lavished on it, if properly applied, would raise a pile much superior to the Escurial in point of architecture; but unfortunately the designer of it had neither a mind to conceive, or a hand to execute, a design for a glebe-house, much less a basilick and a Royal palace" (Murphy, 1795, pp. 287-288)

Conclui-se que, desde finais do século XVIII, que o Palácio de Mafra é considerado um destino turístico e artístico, atraindo muitos visitantes. Embora seja possível visitar o espaço desde essa época, é na segunda metade do século XIX que este se encontra informalmente aberto ao público, sendo que a visita era feita sempre a pedido, e possível desde que a Família Real nesse momento não estivesse presente.

Em 1891, o jornal *O Mafrense* estima que o número de visitantes entre 1887 e 1891 teria sido de 7.500 pessoas: "Para melhor se ajuizar d'esta afirmativa damos hoje aos nossos leitores uma synopse com o número de grupos ou de famílias, que nos últimos anos visitaram o monumento de Mafra"[18] e publica os seguintes dados:

Ano de visita	Número de Visitantes
1887	254
1888	291
1890	417
1891	565
Total	1527

Quadro 1. Visitantes entre 1887-1891.
Fonte: Jornal *O Mafrense*, ano IV, n.º 183, de 21 de junho de 1891

Em 1904, *O Correio de Mafra* publica algumas instruções sobre o modelo de visita:

> "Pode ser visitado com prévia licença, todos os dias uteis e scantificados, das 9 horas da manhã até ao sol pôsto.
>
> A visita deve começar pela sumptuosa Egreja, em seguida á Casa da Fazenda, Palacio, Bibliotheca, Torres (…) Refeitorio e cosinha dos frades, etc.
>
> A tapada também é interessantíssima, sendo concedido o ingresso e transito (…)

[17] James Murphy (1760-1814). Arquiteto e antiquário irlandês. Viajou em Portugal em 1789 e 1790.
[18] *O Mafrense*, ano IV, n.º 183, de 21 de junho de 1891. Na realidade, quando somadas as parcelas o toral é de 1527 grupos/famílias que visitaram o local entre 1887 e 1891. O exercício que O Mafrense apresenta atribui a cada grupo o número de cinco pessoas.

N'este monumento e suas dependências é vedada a entrada aquando alli se encontre alguém da família real – o que raras vezes sucede"[19].

Oficialmente, o Palácio de Mafra abriu ao público a 16 de maio de 1911, sendo o primeiro palácio nacionalizado a abrir porta como museu público pelo novo regime republicano. Desconhece-se se eram cobradas taxas de entrada, mas em 1912, promulga-se que

> "Art. 9.º Os demais palácios, quintas, jardins, tapadas e cêrcas, a esta sem sem aplicação especial ou emquanto não a tiverem [o que era o caso do Palácio de Mafra], serão destinados à visita do público mediante taxas e condições a regulamentar.
>
> Único. A taxa a cobrar nunca será inferior a 100 réis, excepto aos domingos e dias feriados, em que a entrada será gratuita"[20].

3.2. A conversão em museu

Em 1901 foi constituído o Conselho dos Monumentos Nacionais[21] o qual deveria determinar as bases para a classificação de imoveis, que deveriam ser considerados monumentos nacionais. Ainda nesse ano, em dezembro de 1901 são publicadas, em decreto[22], as bases para a classificação dos imoveis que devam ser considerados monumentos nacionais, projeto que é apenas consumado em 1907, com as primeiras classificações, nas quais está incluído o Convento de Mafra:

> "Tendo sido satisfeitas as disposições do artigo 2.° e seu § 1.° das bases para classificação dos immoveis que devem ser considerados monumentos nacionaes, aprovadas por decreto de 30 do dezembro de 1901: hei por bem determinar que o Mosteiro da Batalha, Convento dos Jeronimos, em Belem, Convento de Christo, em Thomar, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Mafra, Só Velha de Coimbra, Sé da Guarda, Sé cde Lisboa, Sé de Evora, Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Basílica do Coração de Jesus, em Lisboa, Torre de S. Vicente, em Belem, Ruinas do Templo Romano, em Evora, e Ruinas da Igreja do Carmo, em Lisboa, sejam considerados monumentos nacionais" [23]

A conversão do conjunto de Mafra em estrutura museal sistematizada, ocorre após a queda da monarquia portuguesa a outubro de 1910. O paço de Mafra, passa a ser considerado um bem

[19] *O Correio de Mafra*, Anno VII, n.º 264, de 10 de abril de 1904.
[20] Decreto de 28 de junho de 1912. *Diário do Govêrno*, n.º 150, ano 1912, de 28 de junho.
[21] Decreto de 24 de outubro de 1901, "Organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria que funccionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas".
[22] Decreto de 30 de dezembro de 1901, "Bases para a classificação dos immoveis que devam ser considerados monumentos nacionais, em bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos públicos".
[23] Decreto de 10 de janeiro de 1907, publicado no Diário do Governo, n° 14, de 17 de janeiro de 1907.

da República[24], tendo a sua abertura ao público ocorrido em 14 de maio de 1911 (Belo, 2010, p. 24). É de realçar que, desde a sua construção, o palácio de Mafra era visitado por vários curiosos, nacionais e estrangeiros que procuravam conhecer a espetacular arquitetura: "Quando descrevem Lisboa, por exemplo, mencionam igrejas do século XVII, os palácios reais e quase todos se referem a Mafra cuja grandiosidade se impõe para além do estilo artístico" (Rosas, 1995). Ainda antes da implantação da República havia um museu de arte ornamental instalado na chamada Casa da Fazenda, constituído por cinco salas[25]. O processo de conversão do Palácio Nacional de Mafra em museu teve como objetivos a exibição dos objetos da Família Real, e a visitação do espaço do convento.

Várias alterações foram necessárias para consumar esta passagem: "criar corredores de passagem, afastar as peças mais frágeis do possível toque de visitantes (mais curiosos ou ansiosos de partilhar a fisicalidade dos objectos pertencentes à família real), iluminar ou resguardar da luz" (Belo, 2010, p. 24). O espaço é alterado e museografado procurando as melhores soluções interpretativas que, naturalmente, se alteram também com o tempo, sendo conhecidas algumas alterações na estrutura do espaço entre 1911 e 2010. Para que seja mais fácil a identificação das mesmas existe uma planta, levantamento das ocupações do edifício em 1904 e igualmente, a realização de um inventário dos bens do Paço efetuado em novembro de 1910, que referencia a localização dos bens móveis na sala onde se encontram, com a designação correta de cada peça e onde constava, o que permite identificar a utilização do palácio no final da monarquia portuguesa.

[24] A 5 de Outubro de 1910 com a proclamação da República, foi extinta a Casa Real. Alterado o regime político vigente, foi nomeada uma comissão para proceder ao arrolamento de todos os bens mobiliários e imobiliários, pertencentes aos palácios ocupados pelo antigo chefe de Estado e família, por Portaria de 13 de outubro, e, a 21 do mesmo mês e ano, Fernando Eduardo de Serpa Pimentel, último administrador geral da Fazenda da Casa Real, foi exonerado do cargo. Os membros da Comissão de Arrolamento dos Paços Reais, nomeados pelo Ministro das Finanças, terão desempenhado as tarefas de avaliação da propriedade, e respetivo valor, dos bens existentes. Os membros desta comissão eram António dos Santos Luca (presidente, lente da Escola Politécnica) e como vogais Columbano Bordallo Pinheiro, João barreira e Luciano Martins Freire (membros da Academia das Belas Artes), e Anselmo Brancaamp Freire e José de Figueiredo, vogais do Conselho dos Monumentos Nacionais, o arquiteto Raúl Lino e Joaquim Freire dos Santos Callado e Ludgero Maria de Lima e Quina, funcionários da Direção Geral da Estatística e dos Proprios Naiconaes (Portaria de 13 de outubro de 1910).

[25] Desta realidade dá conta Luís Chaves, em artigo intitulado "Visitas de Estudo", publicado no *Archeologo Português*, vol. XXI, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1916, pp. 231-234.

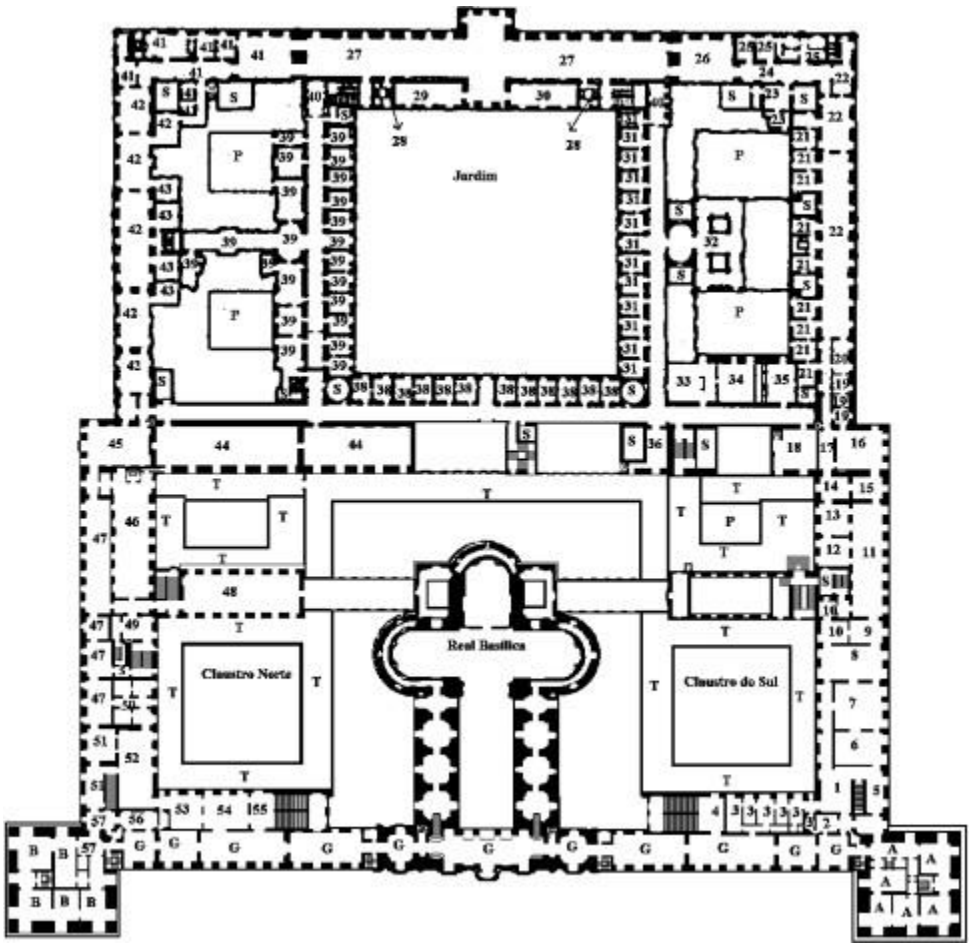


Figura 3. Planta do Palácio Nacional de Mafra em 1904.
Fonte: Arquivo do Palácio Nacional de Mafra (PNM)

Encontramos igualmente na obra "Museu de Mafra" de José Queiroz (1911) (que foi o responsável pelos trabalhos realizados no Palácio para a sua musealização), algumas explicações e relatos de como se encontrava organizado o Museu de Mafra em 1991. "(…) entre os dois torreões, serie de onze salas, que medem, no sentido longitudinal, cerca de 190 metros (…) Sala B- Mobiliario do seculo XVIII. Commodas, alçado Luiz XV, diversas cadeiras e marquezas. (…) Sala H. - Tecidos, tapeçaria, cerâmica e vidros. (…) Sala I. - Pintura e esculptura antigas, aquellas em tela (alegorias sacras) e esta, composta de imagens de madeira muito notáveis. Sala J. – Pintura moderna. (…)" (Queiroz, 1911, páginas. 8,9,10 e 11)

Muitas das peças que se encontravam exibidas foram preparadas, de modo, a não perceber a sua identidade, forma e aspeto original. O espaço sofreu algumas alterações como por exemplo as paredes lisas que se encontravam brancas, levara um tom de modo a não prejudicar a exposição das obras e peças naquela sala, as pinturas da sala H e D foram limpas e restauradas

assim como as portas de comunicação foram-lhes retiradas a tinta, com o objetivo de se tornarem invisíveis. (p.12)

O autor termina a sua obra com uma a inesperada "O curto espaço de tempo – 40 dias apenas- que tivemos para organisar o museu, não nos permitiu elaborar o respctivo catalogo, (…) porque nem tempo houve para numerar ordenadamente o que n`ella e se encontra exposto." (Queiroz, 1991, p. 13)

Para mim este facto foi muito impressionante, pois na atualidade, nós atribuímos um grande valor e importância à catalogação nos museus, pois permite-nos o acesso a armazenamento das informações primárias sobre os objetos de uma coleção, consequentemente permite-nos com base nas características identificadas aplicar políticas de conservação aos mesmos.

Durante um período de dois meses em 2017, atuei como vigia das salas do Palácio, com o objetivo de orientar os visitantes pelo mesmo e impedir que estes danificassem o espaço. Um dos grandes problemas que encontrei e, que de acordo com os funcionários ainda exercem estas funções no local, decorre da estrutura física de algumas salas, onde com somente um vigia não é possível ver o espaço na íntegra (inúmeros ângulos mortos) e muitos visitantes danificam o espaço e objetos, por exemplo deitando-se nas camas, tocando nos objetos, entre outras ações. Estas ocorrências também derivam da escassez de colaboradores e falta de formação na área, sobretudo formação específica em determinadas carreiras (como nos vigilantes), muito embora se verifiquem trabalhadores com formação superior adequada[26].

Em termos de narrativa, o Palácio Nacional de Mafra, assume-se como um sítio histórico, que apresenta uma realidade histórica de vivência da família real, nos séculos XVIII e XIX e que representa alguns dos momentos marcantes da história em Portugal, procurando narrar uma realidade que em pleno século XXI não nos é familiar e que nos fascina: "Independentemente da utilização dos espaços, esta era a arquitectura do piso nobre do edifício ao final da monarquia e é este o ponto de partida para a transformação do Paço Real no actual Palácio Nacional de Mafra, não nos esquecendo que já nos últimos anos da monarquia este edifício era monumento nacional e passível de visita" (Belo, 2010, p. 25).

A melhor reconstrução possível destes ambientes é essencial para a experiência do visitante, seja esta através de espaços físicos, objetos, quadros, entre outros. Isto irá permitir uma aproximação entre o museu e a mensagem que o mesmo pretende passar e o público-alvo definido pelo mesmo. "Pensar que a mera reconstrução do ambiente - o registo documental -

[26] Informações prestadas por Adriana Medeiros, membro do secretariado do Palácio, em entrevista realizada em setembro de 2023.

tornará possível a comunicação, porque a reconstrução contém informação, conhecimento ou síntese cognitiva, é um grande erro. A vida não se reproduz numa casa-museu, representa-se - como qualquer outro museu que é, por excelência, o espaço de representação do mundo e das suas coisas" (Cabral, 2001). [27]

3.2.1. Reconstrução e restauro do Palácio Nacional de Mafra

Os trabalhos de transformação do espaço em estruturas museológicas são, necessariamente, acompanhados de intervenções de restauro e recuperação. Em Mafra, estes trabalhos iniciam-se com José Queiroz, arqueólogo (Custódio, 2012-2013), a quem o governo provisório encarrega de organizar o museu do palácio em 1911, para receber os membros do IV Congresso Internacional de Turismo que decorre em Lisboa de 12 a 19 de maio desse ano[28].

Fernando Paes de Almeida[29], que iniciou as funções de conservador em 1943, reorganiza o espaço expositivo e inicia o projecto da Galeria de Arte Sacra e Conventual, separando pela primeira vez o ambiente palaciano do conventual. Este responsável inicia o trabalho de demolição de estruturas posteriores à construção do palácio, o qual é continuado por Armindo Ayres de Carvalho, que inicia funções oficialmente em 1947.

Armindo Ayres de Carvalho[30] vai liderar um projeto de requalificação do monumento, sendo este assinalado por extensas obras, restauros e recriação de espaços, tendo como um dos seus objetivos a valorização do período barroco (Belo, 2010, p. 79). Embora tenham sido criticadas, as intervenções realizadas por Ayres de Carvalho respeitavam as novas teorias, mantendo-se a par da evolução das teorias de restauro do resto da Europa. Numa das suas

[27] No original: “Thinking that a mere reconstruction of ambience – the documentary record – will make communication possible, because the reconstruction contains information, generation of knowledge or cognitive synthesis, is a great mistake. Life is not reproduced in a house museum, it is represented – like any other museum which is, par excellence, the space for representing the world and its things”. A Tradução é nossa.

[28] Queiroz, J. (1911). Museu de Mafra: Inauguração. Imprensa Libânio da Silva

[29] Fernando Pais de Almeida e Silva, nasceu em 1905. Funcionário público, sem qualificações superiores que se lhe conhecessem. Exerceu o cargo de conservador do Palácio de Mafra, no seguimento de uma carreira que incluiu Conservador dos palácios e monumentos nacionais do Distrito de Leiria, Primeiro-conservador da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Paleógrafo da Câmara Municipal de Lisboa. (Informação disponível em https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html/pdf/s/silva_fernando_pais_de_almeida_e.pdf).

[30] Nasceu em 1911 e faleceu em 1997. Foi professor, pintor e historiador de arte, e conservador do Palácio Nacional de Mafra, cargo que iniciou em 1947 e que executou durante mais de 20 anos. De entre as suas várias publicações, registem-se os roteiros dos palácios de Mafra e da Ajuda, editados em 1972.

intervenções mais emblemáticas, a Sala de Diana[31], estas alterações foram documentadas e separadas dos originais, existindo aqui uma inscrição onde se assinala o seu trabalho.



Figura 4. Teto da Sala de Diana assinatura do autor são as figuras representadas
Fonte: Inês Alves

Durante a intervenção de Armindo Ayres de Carvalho no teto da Sala de Diana a principal intervenção, consistiu principalmente na integração positiva da sala ao lado, após a demolição da parede que as separava. A pintura de autoria que assinala o seu trabalho e intervenção na obra encontra na base da imagem (as figuras representadas são a sua maneira de assinar a obra).

A prática de demolição de elementos existentes é contínua nas décadas de 1940, 1950 e 1960, mantendo-se mesmo após 1964, ano da Carta de Veneza. O objetivo destas intervenções era um retorno a uma estética primitiva – barroca, claro está, que talvez nunca tenha existido. Naqueles anos, as intervenções mais marcantes relacionam-se com a anulação das marcas da vivência enquanto casa real e os processos de recriação dos espaços.

A Ayres de Carvalho sucede como diretor do Palácio Nacional de Mafra, Luís Filipe Marques da Gama[32], já na década de 1980, no período apos a revolução de 1975 e em que as

[31] "Proponho-me reconstituir tanto as pinturas das paredes como do teto procurando harmonizar quanto possível a composição com a técnica e integrando-me na época em que foram executadas essas pinturas. Junto a fotografia da parte do teto que está pintada e que representa Diana caçadora com ninfas e figuras da mitologia. Tendo por base esse assunto proponho-me desenvolver e criar nova composição que se harmonize com esta" (Relatório do Conservador Armindo Ayres de Carvalho, citado em Belo, 2010, pp.45-46).

[32] Este Diretor viria a cessar as suas funções em 1990 (Despacho Normativo n.º 52/91, de 01 de março. DR, Série I-B, n.º 50), embora em licença para formação desde 1989, ficando como diretora interina, Maria Fernanda Santos.

estruturas do património cultural em Portugal conheciam um novo enquadramento orgânico e legislativo. No período decorrente das funções de Luís Filipe Marques da Gama, a capacidade de intervenções realizadas é reduzida, mas são realizadas obras constantes de manutenção, como exemplo de restauros das portas, janelas entre outros; é igualmente realizada a eletrificação de algumas salas, assim como, inúmeras intervenções de restauro de mobiliário, e ainda um intenso compromisso com o restauro dos estofos, tendo inclusive funcionado dentro do próprio edifício, durante um período, em 1984, uma oficina de restauro.

No decorrer dos anos de 1990, sob a tutela do Instituto Português do Património Arquitetónico (IPPAR)[33], irá ser desenvolvido um projeto geral de reabilitação do edifício – Estudo de Recuperação e Revitalização, em 1994. O foco deste estudo recaía em duas ações essenciais: uma de conservação e restauro, com a realização de um conjunto de obras urgentes no que diz respeito à conservação dos elementos construídos, sobretudo exteriores (terraços, e cobertura, fachada poente e parte das fachadas norte e sul), tendo sido para tal mobilizada uma equipa multidisciplinar, na base de uma intervenção integrada. A outra ação essencial contemplada no projeto de 1994 era a valorização do espaço, com a proposta de um programa de museologia para o Palácio de Mafra da qual foi encarregue Fernando António Baptista Pereira. Saliente-se que este programa apenas contemplava o Palácio, espaço gerido e administrado pela tutela da cultura, excluindo as dependências militares e os espaços naturais, como o jardim e tapada. Simultaneamente com a campanha de obras estruturais, estudava-se uma estratégia futura que visasse a valorização não só do Palácio Nacional de Mafra, mas também o Convento e Tapada Nacional. O estudo de museologia de Fernando António Baptista Pereira visa ainda a avaliação da importância das coleções presentes no Palácio Nacional de Mafra, tendo em vista a reformulação do seu programa museológico.

Quanto ao relatório referido anteriormente, apesar de o mesmo ter sido solicitado o acesso atempadamente, foi-me informado pela Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra que a mesma não se localizava ali, tendo sido remetida para o Palácio da Ajuda e que, por sua vez, indicariam eventualmente para a localização em arquivos. Atentando aos processos burocráticos implícitos nesta pesquisa, foi impossível obter a informação presente no relatório, no tempo útil desejado.

3.2.2 Em direção a uma estratégia de valorização do Palácio de Mafra

A valorização do Palácio Nacional de Mafra partiu da identificação de um conjunto de situações que têm de ser enfrentadas: circuitos de visita, entradas, circuitos e acessos autónomos para os

[33] Em 1991 é nomeada uma nova diretora, Maria Margarida Montenegro.

serviços técnicos, inexistência de espaços para reservas; a impossibilidade de abrir ao público áreas de grande interesse; a diversidade do acervo museológico; ou as entidades diversas em presença no espaços (o estudo de Fernando António Baptista Pereira em 1984 identificava o IPM: Museu da Música, Museu do Chiado, Museu do Traje, colecção Vilhena).

Algumas das soluções apresentadas passam pela negociação da afetação de novos espaços, no sentido de aumentar consideravelmente a área de exposição, ou pela devolução ou incorporação de algumas das peças.

No entanto, o Palácio, debate-se com uma dupla valência enquanto espaço expositivo: por um lado, o acervo pertencente ao Museu de Escultura Comparada, criado na década de 1960 e com uma vida efémera e uma atribulada história (Carnaxide, 2010); por outro o seu próprio acervo que inclui objetos relativos à vida quotidiana palaciana (e em especial à vivência da família real) e ainda objetos referentes à vida monástica e conventual do espaço, bem como escultura e pintura diversas, ao que se junta a imensa coleção de livros, mapas e cartas da Biblioteca entre outros. A proposta museológica de 1984, tendo em conta a heterogeneidade do acervo em presença recomenda como prioridade "a coerência na definição dos percursos de leitura do monumento e das colecções […]; a coerência interna dos núcleos […] de modo a permitir uma mais correcta relação entre os objectos […]; a potenciação das colecções (criando condições de leitura de diferentes características), ora privilegiando as reconstituições, ora isolando cada peça ou cada conjunto de peças para melhor as ler; […] o acréscimo de acessibilidade […]" (Pereira, 1994, p.80, como citado em Belo, 2010, p. 51). Apesar de uma gestão do espaço que é indicativa da primazia dada à função museológica do Palácio de Mafra, é já tido em conta um conjunto de linhas estratégias de valorização como um centro de documentação (investigação, cursos sazonais, centro documentação), animação cultural/eventos (festivais, cursos, música, congressos, espetáculos), residência/restauração (hospedagem, pousada, restaurante) serviços locais/nacionais (camarários, religiosos, militares), museu e exposições, no âmbito de uma diversificação de atividades que se perspetiva como sendo necessária:

> "(…) "um alargamento das actividades para amplificar com esse alargamento a atractividade nacional e internacional, actualmente bem modesta em relação a potencialidades avaliadas como excepcionais. (…) No que respeita à natureza das actividades que poderão valorizar a projecção cultural – e indirectamente turística – do conjunto monumental de Mafra, confrontaram-se diferentes hipóteses com as características do próprio edifício (Pereira, 1994, como citado em Belo, 2010, p. 52).

Durante a época em que o Palácio é gerido por Maria Margarida Montenegro, as questões e reflexões, assim como as linhas orientadoras fornecidas pelo estudo de Baptista Pereira, terão influência na gestão e na instituição em si. Irão ser realizados importantes trabalhos de conservação na área da eletrificação, pintura e reabilitação das salas, irão igualmente ser implementados trabalhos no sentido de valorizar o restauro, essencialmente na área da pintura e mobiliário. Neste período, realizam-se ainda grandes progressos no que diz respeito ao inventário dos bens do Palácio Nacional de Mafra e um estudo de maior relevância sobre o seu acervo. Apresenta ainda uma visão mais ampla e alargada sobre a instituição museológica, com maior destaque para a divulgação da música e arte barroca, desenvolvendo em maior profundidade a dimensão educativa e simultaneamente a cultural, duas das componentes essenciais de um museu. Princípios que ainda hoje são fundamentais no espaço museológico atual.

Podemos concluir que que o Palácio Nacional de Mafra conheceu diversas alterações que correspondem a abordagens de valorização diferenciadas, em que as preocupações museológicas se refletiram de maneira mais evidente. A musealização do sítio foi uma preocupação nas estratégias de valorização do espaço, ao longo do tempo e procuraram reproduzir o conceito de casa real, onde conceitos como autenticidade ou coerência histórica se revelaram muitos flexíveis e sujeitos a reinterpretações, pela necessidade de adaptação às pessoas, mas igualmente aos tempos e as tendências que cada época apresenta. Todas as alterações que foram implementadas no espaço são de grande importância para os visitantes, para quem a exposição existente é pressentida como uma verdade, no que diz respeito à memória do espaço, e não questionam as fundamentações das exposições apresentadas, sendo assumido pela maioria como uma verdade absoluta sobre a história contada através do espaço e peças.

Em Mafra, o discurso narrativo tem assentado na sua relevância enquanto edifício de arquitetura barroca de grandiosidade, ao mesmo tempo que era uma casa real, habitada pela Família Real como casa de férias, e como tal tinha de se adaptar às necessidades e vivência da monarquia. Dado isto, em Mafra, assim como em muitos outros palácios, existem objetos que transitaram de outros palácios nacionais, que foram adquiridos a fornecedores externos, e recriações de espaços que perpetuem a mensagem a transmitir em Mafra.

3.3. Realidade atual do Palácio Nacional de Mafra

O Real Edifício de Mafra, que é composto pelo Palácio Real, a Basílica, o Convento, o Jardim do Cerco e a Tapada Nacional de Mafra, é um bem cultural, classificado como Monumento Nacional em 1907[34] e posteriormente ratificado em 1910[35]. Em 2020, nos termos da decisão 43COM8B.30, do Comité do Património Mundial, com base no critério iv, foi inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, o Real Edifício de Mafra — Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada, nos termos da Declaração de Valor Universal Excecional[36].

Esta última classificação acarreta a assunção de um conjunto grande de parâmetros e deveres a cumprir, por parte da(s) entidade(s) que tutela(m) o bem, no sentido de manter esta classificação.

O proprietário do Real Edifico de Mafra é o Estado Português (Ministério das Finanças), mas no que diz respeito à gestão do património dos seus bens, o conjunto classificado como património mundial é gerido por:

- Entidade pública empresarial Museus e Monumentos de Portugal (Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.), cm responsabilidade sobre o Palácio Nacional de Mafra[37] e a Basílica de Mafra;

- Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com responsabilidade sobre a Tapada Nacional de Mafra;

- Ministério da Defesa Nacional, com responsabilidade sobre a Tapada Militar de Mafra;

- Câmara Municipal de Mafra, com responsabilidade sobre o Jardim do Cerco;

Palácio Nacional

No que diz respeito à estrutura organizacional destes espaços, o PNM, de acordo com Adriana Barão de Medeiros, assistente técnica do Palácio[38], tem 36 trabalhadores que pertencem ao quadro da administração pública, e outros colaboradores externos, como seguranças, operacionais de limpeza, assistentes de sala, em números variáveis conforme as necessidades. Há trabalhadores com formação superior adequada, falta, contudo, formação específica em determinadas carreiras (como nos vigilantes).

[34] Decreto de 10 de janeiro de 1907. *Diário do Governo*, n.º 14, de 17 de janeiro de 1907.
[35] Decreto de 16 de junho de 1910. *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.
[36] Aviso n.º 19647/2020, de 02 de dezembro de 2020.
[37] Em janeiro de 2024, o Palácio Nacional de Mafra transitou da Direção Geral do Património Cultural, entidade que geria este monumento, para a Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E. (Decreto-Lei n.º 79/2023 de 4 de setembro). A execução deste trabalho acompanhou este processo de transição.
[38] Testemunho recolhido em entrevista decorrida a 11 de novembro de 2023.

Os dados da tabela representada em seguida, constam na lista de transição de trabalhadores da DGPC para a Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (Quadro 2):

Carreira/Categoria	Número de funcionários
Diretor de Serviços	1 (Sérgio Gorjão)
Assistente técnico	16
Técnico Superior	13
Coordenador Técnico	1
Assistente operacional	5

Quadro 2. Transição de funcionários da DGPC para a MMP, E.P.E., no que diz respeito ao Palácio Nacional de Mafra
Fonte: Direção Geral do Património Cultural

A missão do Palácio Nacional de Mafra é a salvaguarda, investigação, conservação, valorização, restauro, divulgação e internacionalização do matrimónio cultural, de acordo, com as normas implementadas pelo estado português. Visa igualmente educação e transmissão de conhecimentos às novas gerações e a todos os interessados.

O horário do mesmo é de quarta a segunda-feira das 09h30-17h30 e o preço dos bilhetes varia consoante a idade:

- Adulto - 8 euros;
- Jovem (13-24 anos) - 4 euros;
- Sénior (>=65 anos) – 4 euros;
- Crianças (<=12 anos) – gratuito;

Tapada de Mafra

De acordo com o Relatório de Contas de 2023 da Tapada de Mafra, a estrutura interna da mesma organiza-se da seguinte maneira (Quadro 3):

Função	Número de Funcionários
Presidente da Direção	1 (Carlos Pais)
Área Administrativa/Financeira/RH	2
Visitação	1
Comunicação	1
Administrativos	1
Recepção	5
Limpeza e Higiene	1
Gestão Florestal	6
Operação de equipamentos	2
Cinegética	0
Eventos/Alojamento	1
Total	21

Quadro 3. Organização dos funcionários da Tapada de Mafra.
Fonte: Relatório de Contas da Tapada de Mafra, 2023.

Segundo a entidade, a sua missão visa promover a investigação e a preservação da fauna e da flora, assim como a educação ambiental através das atividades educativas que realiza. Como visão para o futuro a Tapada pretende preservar a história e o espaço para a próximas gerações. Na Tapada de Mafra, os animais encontram-se soltos e livres por toda a floresta e podemos contar com espécies muito diferentes, encontrando veados, gamos, javalis, sacarrabos, esquilo vermelho, raposas, rãs, relas, diversas águas, mochos, corujas, águas, morcegos, cobras, entre muitos outros. No que diz respeito aos valores, esta considera alguns essenciais, como o respeito pelos animais e natureza, fomentar o conhecimento científico aos seus visitantes, preservar a biodiversidade.

Relativamente à cultura organizacional, a mesma parte dos princípios apresentados anteriormente, como a preservação da biodiversidade, fomentação da educação científica, preservação da fauna e flora. Estes valores são fomentados pela administração e partilhados por todos os membros desta entidade, muitos deles até mesmo biólogos com mais experiência na área, outros formados em gestão, comunicação, marketing e turismo.

O horário da mesma é todos os dias das 09h00 às 19h00 e o valor dos bilhetes irá depender da atividade que quiser realizar e a idade da pessoa, sendo que existe diversos pacotes como o Passear na Tapada, Eco Passeio, Passear de Charrete e Caminhar na Floresta (Quadro 4).

Idades	Passear na Tapada	Eco Passeio	Passear de Charrete	Caminhar na Floresta
Criança (1 a 3 anos)	5,50 euros	5 euros	-	-
Criança (4 a 12 anos)	12,50 euros	10,50 euros	9,50 euros	7,50 euros
Adulto	17,50 euros	15 euros	12,50 euros	9,50 euros
Sénior (>=65 anos)	14 euros	12 euros	-	8 euros

Quadro 4. Preços por idade e atividade na Tapada de Mafra, no ano de 2024
Fonte: Site Tapada Nacional de Mafra

Conjunto Militar

No que diz respeito, à Tapada Militar (Exército), a nível de macroestrutura a mesma passa por ter, no topo da pirâmide, o Chefe do Estado-Maior do Exército, em seguida o Vice-chefe do Estado-Maior do Exército, num terceiro nível mais baixo, o Conselho Superior do Exército (CSE), o Conselho Superior de Disciplina do Exército (CSDE) e a Junta Médica de Recurso do Exército (JMRE), juntos compõem os Órgãos de Conselho. Por último na base da pirâmide, contamos com os Órgãos Centrais de Administração e Direção, estes são compostos pelo Comando do Pessoal, o Comando da Logística e o Departamento de Finanças. Neste nível encontramos ainda o Comando das Forças Terrestres, Academia Militar e a Inspeção-Geral do Exército.

Em Mafra encontramos ainda na Tapada Militar, a Escola de Armas que está sob o comando do Comandante Brigadeiro-General Lopes da Silva e do Adjunto Sargento-Mor Ferreira Manana. O objetivo da Escola de Armas e administrar cursos de formação inicial e continua, desenvolver projetos de investigação e desenvolvimento, assim como formar militares, e acordo com as orientações superiores.

Jardim do Cerco

O Jardim do Cerco está ao encargo da Câmara Municipal de Mafra, que apresenta como missão, planear, organizar e implementar políticas, assim como assegurar a prestação de serviços de excelência na promoção do crescimento inclusivo.

O horário do jardim de outubro a março é das 09h00 às 17h00 e de abril a setembro das 09h00 às 19h00, sendo a entrada livre o ano inteiro.

O mapa apresentado em seguida representa este jardim na sua totalidade (cerca de 8 hectares).

Na área principal da entrada do jardim até à fonte é utilizada todos os anos para uma festa popular em Mafra o "Festival do Pão" realizada durante o verão. Na imagem conseguimos ainda identificar algumas esculturas que são alusivas à mitologia romana.



Figura 5. Mapa do Jardim do Cerco Fonte: Câmara Municipal de Mafra

Basílica de Mafra

Por sua vez, a gestão da Basílica de Mafra é um pouco diferente, e talvez mais confusa que as restantes, pois quem tutela este espaço é a Entidade Pública Empresarial Museus e Monumentos de Portugal (MMP, E. P. E.), que por sua vez, cede este espaço à Paróquia de Mafra para a o exercício religioso, sobretudo as celebrações litúrgicas eucarísticas.

As celebrações eucarísticas na Basílica realizam-se de terça-feira a sábado às 18h00 e ainda domingo às 11h30; durante as mesmas, a entrada é feita para assistência ao serviço religioso e pede-se aos visitantes que respeitem o mesmo enquanto está a ser realizado. No que diz respeito à sua função cultural, as visitas à Basílica podem ser feitas todos os dias, no horário entre as 09h30-12h30 e 14h00-17h30, com a exceção das terças-feiras onde o Palácio e Basílica de Mafra se encontram encerrados para visita. Para a proteção do espaço existe dentro do horário

mencionado anteriormente um vigilante responsável pelo controlo de entradas e segurança do mesmo. A entrada na Basílica de Mafra não carece da compra de um bilhete, tal como acontece no Palácio, a única "restrição" é o horário da mesma.

3.3.1. Uma atração

No que diz respeito ao Palácio Nacional de Mafra, de acordo com o documento do Museus e Monumentos de Portugal, estatísticas de visitantes dos museus, monumentos e palácios ano 2023, o palácio contou com 3 683 431 visitantes, no ano anterior em 2022, 3 339 416 visitantes o que representa um aumento e melhoria de número total de visitantes. Em seguida existe um quadro que demostra o número total de visitantes deste 2017 até 2023 e a sua percentagem no que diz respeito à variação anual (quadro 5).

Ano	Total de Visitantes	Variação Anual
2017	5 072 266	-
2018	4 677 407	-7,8%
2019	4 685 371	0,2%
2020	1 295 528	-72,3%
2021	1 346 250	3,9%
2022	3 339 416	148,1%
2023	3 683 431	10,3%

Quadro 5. Evolução do número de visitantes Palácio Nacional de Mafra fonte: Museus e Monumentos de Portugal

Podemos concluir que existe um decréscimo de 2017 para 2018 e um muito ligeiro aumento de 2018 para 2019. O pior ano deste gráfico passa por 2020 e 2021 anos de pandemia em que as pessoas estavam restringidas em ano parte do ano de sair e visitar locais públicos. Temos igualmente de ter em consideração que muitos possíveis visitantes após o levantamento das restrições ainda se encontravam com medo ou apreensivos em visitar estes espaços e poder apanhar a doença. E igualmente devido à pandemia os voos, hotéis, locais de entretenimento foram levados a impor muitas medidas de proteção como necessitar de um teste negativo obrigatório para ter acesso a restaurantes, casinos, hotéis, aviões entre muitos outros. Por último em 2022 existiu um grande aumento de visitantes, sendo que no ano seguinte 2023 aumentou novamente, mas não com tanto intacto em termos de números.

Dado o elevado número de visitantes e todos os riscos que os visitantes representam para este património (tocar/sentar nos objetos expostos mesmo não sendo permitido, alteração do ambiente e das temperaturas do mesmo, entre outros), com vista a serem minimizados, a

proposta para a Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, apresenta algumas medidas cujo objetivo é a proteção do bem da pressão dos visitantes e turismo.

O documento refere que para minimizar os riscos, deverá ser estabelecido uma hierarquia dos espaços, com vista a limitar o número de visitantes e o seu tempo de permanência do monumento, e ainda, a frequência das visitas em zonas mais solicitadas, assim como a criação de componentes alternativas como a observação para as zonas mais sensíveis do património protegendo assim a sua durabilidade e integridade tanto do edifício como das suas componentes.

As medidas de proteção física, passam pela incorporação de revestimentos, cujo objetivo é não permitir o desgaste de elementos sensíveis cujo valor patrimonial é elevado. Estas medidas nunca devem perturbar a interpretação e leitura do património, assim como as suas características identitárias mais importantes, as mesmas devem ser de uma qualidade técnica compatível com o bem, assim como funcionais e que esteticamente se enquadrem com as exigências do património.

Outro fator que referem ser essencial é a necessidade de criar infraestruturas de apoio, devido à pressão indireta dos visitantes. O centro da vila dispõe destas infraestruturas (restauração, estacionamento, instalações sanitárias e até mesmo lojas de artesanato e moda).

É importante mencionar igualmente que o concelho de Mafra, tem apresentado ao longo dos anos, planos estratégicos para o desenvolvimento do turismo na região, tendo publicado em 2017 o "Plano Estratégico para a Criação e Desenvolvimento do Cluster do Turismo Outdoor do Concelho de Mafra" e mais recentemente o "Plano Estratégico para o Turismo de Mafra" 2020/2026 ao qual não consegui ter acesso.

CAPÍTULO 4. Património da Humanidade: a nova realidade do Palácio Nacional de Mafra

4.1. O Palácio Nacional de Mafra no momento da candidatura a Património da Humanidade

Em 2004 a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) completava a Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial. Conduzido pela Comissão Nacional da UNESCO, entidade responsável pelo acompanhamento no nosso país da Convenção da UNESCO para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, o processo decorreu da recomendação da UNESCO de que as Listas Indicativas dos Estados-parte na Convenção do Património Mundial sejam atualizadas a cada 10 anos. Recorda-se que as Listas Indicativas constituem um pré-requisito indispensável para a candidatura de Bens a Património Mundial. Desta forma, no espírito da atualização, a 30 de maio de 2016 ficou concluído o processo de atualização da Lista Indicativa de Portugal ao Património Mundial (CNU, 2022). Em 2004 Mafra fazia parte já da Lista Indicativa.

A candidatura referiu-se ao Real Edifício de Mafra, espelhando uma visão mais integrada dos valores culturais em presença e testemunhando a integralidade de um conjunto que estabelece relações entre si. Não faria sentido apresentar uma candidatura apenas do património construído, uma vez que o espaço natural é componente essencial da razão de existência do Palácio Nacional de Mafra. Sendo ainda que era essencial incorporar também, na dimensão construída, não apenas a valência palaciana, mas também a valência conventual.

A entrega do dossiê com a proposta para inscrição do Edifício Real de Mafra, na lista de Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) foi realizada em janeiro de 2017 e segundo a Câmara Municipal de Mafra, em comunicado publicado nas suas redes sociais, "correspondeu a uma etapa histórica neste complexo e exigente processo, que permitirá a tomada de decisão da UNESCO"[39]. A candidatura ao valor excecional universal (EVU) assentava nos critérios[40] de representação uma obra-prima do gênio criativo humano, a exibição de um intercâmbio de valores humanos, ao longo de um período tempo, sobre desenvolvimento em arquitetura ou tecnologia, artes

[39] Disponível em https://rr.sapo.pt/noticia/vida/2017/01/27/mafra-apresenta-candidatura-do-palacio-a-unesco/74483/

[40] Disponível em https://whc.unesco.org/en/criteria/

monumentais, planeamento urbano ou paisagístico e ser um exemplo notável de um tipo de edifício, conjunto arquitetónico entre muitos outros.

Esta candidatura a Património Mundial visava contribuir para a valorização, salvaguarda e promoção monumental e ambiental do conjunto arquitetónico. A atração de turistas contribuiria para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, inspirado nos modelos da vizinha Sintra. Entendeu-se, na altura, que não se deveria propor a classificação de apenas o edifício (palácio-convento), mas de toda a antiga propriedade real, comprometendo o Estado a um maior nível de proteção. As questões da integridade e autenticidade foram essenciais para a definição do Excecional Valor Universal, no qual assentaria a candidatura, apoiada por um modelo de gestão que tinha como principal objetivo a proteção, conservação e manutenção do conjunto edificado[41].

Para a inscrição do Real Edifico de Mafra, como património mundial da Humanidade, foi necessário a criação de uma unidade de missão para elaboração e implementação do programa de ação, utilizando como meio para esta um protocolo, este documento encontra-se presenta na bibliografia.

Este protocolo tem como parceiros principais o Município de Mafra, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, à data José Maria Ministro dos Santos, e o Ministério da Cultura, representado pelo então Diretor do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), João Carlos Pires Brigola, enquanto órgão tutelar do monumento. Outro parceiro envolvido neste protocolo é o Ministério da Defesa Nacional/Exército Português, representado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, à data o General José Luís Pinto Ramalho. O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, através da Secretaria de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, encontra-se representado neste protocolo através do Diretor da Tapada de Mafra, à data Ricardo Luís de Sousa Paiva. Os outros dois parceiros são o Patriarcado de Lisboa, representado pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa, à data D. José Policarpo, e por último a Associação de Turismo de Lisboa, representada seu Diretor-Geral, à data Vítor Costa.

Na sua essência, este protocolo procurou através da união e cooperação entre as entidades parceiras, o objetivo de inscrever o Real Edifício de Mafra e a respetiva Tapada na lista do Património Mundial da Humanidade. Este documento definiu um conjunto de procedimentos e atividades que cada parceiro deveria desenvolver, sejam estas através de competências e

[41] Informação prestada por Adriana Medeiros em entrevista realizada no âmbito desta dissertação.

responsabilidades organizativas, financeiras, operativa, apoio técnico e logístico, de modo a atingir as metas e objetivos definidos.

4.2. O processo de inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial da UNESCO

O processo e respetivo dossiê foi coordenado pela Câmara Municipal de Mafra e pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), com a cooperação do Palácio Nacional, Escola das Armas, Tapada Nacional e paróquia de Mafra. O Palácio Nacional de Mafra realizou a sua candidatura com o diretor Mário Pereira, que mais tarde, após se aposentar foi substituído por Sérgio Gorjão (atual diretor do Palácio) que já esteve envolvido no processo de inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial da UNESCO, onde o mesmo fazia parte a coordenação executiva da candidatura. A coordenação executiva da candidatura foi encabeçada por Célia Maria Duarte Batalha Fernandes (Vereadora da Câmara Municipal de Mafra) e Luiz António Branco de Pinho Lopes (Direção-Geral do Património Cultural).

A comissão executiva foi composta por António José Cruz (Direção-Geral do Património Cultura), Fernanda Craveiro (Direção-Geral do Património Cultural), Inês Rombouts Boiça (Direção-Geral do Património Cultural), Irina Alexandra Lopes (Câmara Municipal de Mafra), João Manuel Bessa Pinto (Direção-Geral do Património Cultura), Luís Marreiros (Direção-Geral do Património Cultural), Maria de Lurdes Rodrigues (Câmara Municipal de Mafra), Nuno David (Câmara Municipal de Mafra), Sofia Santos (Câmara Municipal de Mafra), Paulo Emídio (Direção de História e Cultura Militar do Exército) e por último Sérgio Gorjão (Palácio Nacional de Mafra).

A candidatura do palácio de Mafra levou vários anos a ser concluída. Em 2016 iniciou-se o processo de consolidação de um dossiê de resposta e de tramitação do mesmo. Em 2017 foi enviada a versão preliminar ao ICOMOS e em 2018 a versão definitiva. A UNESCO agendou a apreciação para a Assembleia Geral de 2019 e foi aí apreciada e votada na 43.ª sessão do comité do PM, reunido em Baku, capital do Azerbaijão, a 7 de julho de 2019. Segundo a representante do ICOMOS, "Tivemos muitas discussões sobre este sítio porque o elemento crucial deste conjunto, mas achamos que a Tapada não está suficientemente documentada. Sem haver mais informações, não faz sentido recomendar este lugar como Património Cultural Mundial".

A candidatura do Real Edifício de Mafra foi aprovada, granjeando o apoio dos representantes do Brasil, da Tunísia e da China. Por sua vez, Angola e Indonésia, apoiaram a

candidatura deste conjunto, recomendaram a realização de um estudo cartográfico deste complexo monumental, que está a ser realizado na atualidade, juntamente com um mapeamento da Tapada de Mafra, bem como intervenções arqueológicas no complexo.



Figura 6. Aspetos dos trabalhos da Assembleia Geral da UNESCO que decorreu em Baku em 2019, na qual foi votada a inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial.
Fonte: CNU, 2024.

4.3. A candidatura

O documento de candidatura é composto por duas partes: uma primeira contém o texto que espelha a proposta para a inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do Património Mundial da UNESCO, e a outra parte é composta por todos os anexos que fundamentam a referida proposta.

A primeira parte é um documento com 517 páginas, redigidas em português e inglês, estando dividido em nove capítulos. As primeiras páginas deste documento contam com a Capa, Contracapa, o Índice, um Sumário Executivo, a Ficha Técnica, os Requisitos de Proteção e Gestão. O primeiro capítulo é a "Identificação do Bem" (páginas 35-43); o segundo capítulo apresenta a "Descrição" (páginas 45-254) e no terceiro capítulo encontramos a "Justificação da Inscrição" (páginas 255-325); no quarto capítulo aborda-se o "Estado de Conservação do Bem e Fatores que o afetem" (páginas 327-400) e no quinto capítulo refere-se a "Proteção e Gestão do Bem" (páginas 403-456). A partir do sexto capítulo apresenta-se informação de natureza mais administrativa: "Acompanhamentos" (páginas 459-470); "Documentação", no sétimo capítulo (páginas 479-496) e o oitavo capítulo refere-se aos "Contactos das autoridades

Responsáveis" (páginas 509-514). Por último, o nono capítulo é referente a "Assinatura em nome do Estado Parte" (página 517).

Efetivamente, a maior parte deste documento de candidatura diz respeito à descrição do bem em questão, que representa 40,4% do documento, seguido de uma relevância significativa da descrição do estado de conservação (14,1%) e da justificação para a inscrição do bem (13,5%) (Figura 6). As matérias de natureza técnica são mais relevantes e, no caso da gestão, apenas representa 10,3% do documento, sendo que esta estrutura de documento corresponde, grosso modo, ao que é requerido em termos de processos de inscrição para a UNESCO.

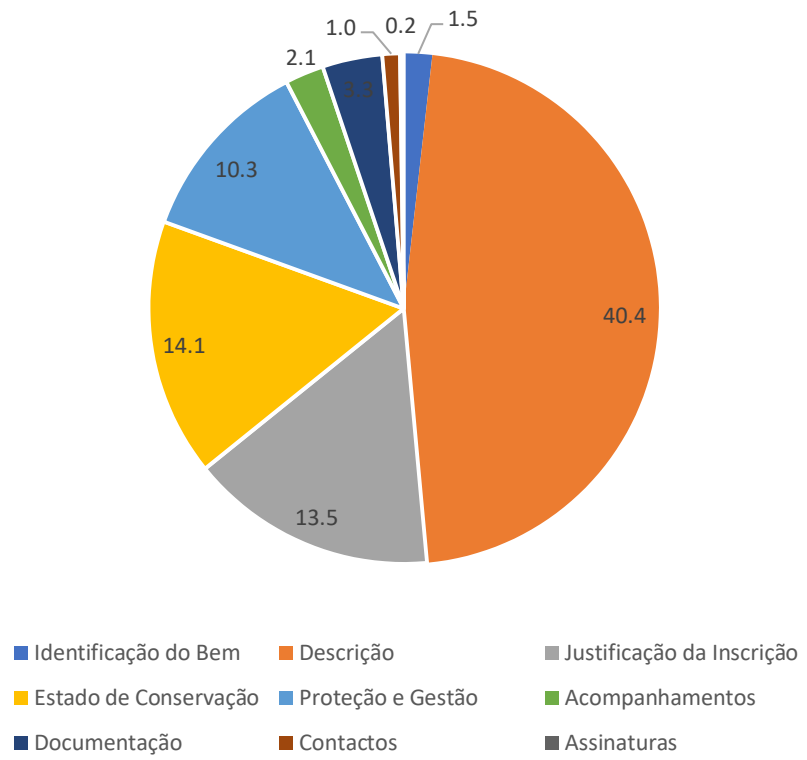


Figura 7. Divisão dos temas existentes no documento de candidatura (%)

A segunda parte do processo de candidatura para a inscrição na lista do Património Mundial da UNESCO do Real Edifício de Mafra, corresponde a um volume de anexos, e é um documento composto por 587 páginas, divido em 20 capítulos e respetivos subcapítulos. O documento encontra-se redigido em português e inglês. Nesta parte encontramos todos os anexos que servem para fundamentar a proposta de inscrição.

Desta forma temos a legislação nacional de base, com a Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro e ainda a Lei-Quadro dos Museus, Lei nº 47/2004, de 19 de agosto. Ainda no âmbito da legislação verifica-se a referente ao Procedimento de

Classificação dos Bens Imóveis de Interesse Cultural, bem como o Regime Jurídico das Zonas de Proteção e do Plano de Pormenor de Salvaguarda, Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, assim como de âmbito local, o Plano Diretor Municipal de Mafra, Aviso n. º 6614/2015, de 15 de junho. Estes documentos constituem o corpus legal que fundamentam o pedido de classificação e que são um requerimento obrigatório por parte da UNESCO.

Os anexos seguem uma divisão entre o conjunto edificado e o conjunto natural. No âmbito do edificado apresenta-se o Estudo de Impacte Visual do Real Edifício de Mafra e zonas envolventes, assim como o Plano de Segurança do Real Edifício de Mafra.

De foram a fundamentar a relevância histórica do conjunto proposto, são apresentados um conjunto de anexos como é o caso da síntese sobre a presença militar no conjunto de Mafra ou ainda os relatos dos viajantes estrangeiros que, desde o século XVIII, visitam o edifício, identificando os mesmo pela sua nacionalidade (ingleses, franceses, espanhóis, alemães, italianos, suíços, escandinavos, eslavos, americanos e japoneses), e ano de visita. É possível verificar que 46 viajantes estrangeiros escreveram sobre o Palácio de Mafra entre 1720 (o suíço Charles Frederic de Merveilleux) e 1904 (o japonês Katisako Arawisa). Neste âmbito destaca-se também a síntese realizada sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Mafra e as Procissões da Quaresma, dando conta da presença religiosa neste complexo monumental, sendo que no último caso, a relevância é estendida à localidade de Mafra.

Passando para o conjunto natural, destaca-se a Tapada de Mafra, com os Estatutos da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada e o Plano de Gestão Florestal, bem como o plano para a Recuperação da Floresta após o Fogo. Há ainda documentação referente ao Jardim do Cerco, com o Acordo de Colaboração entre o Instituto Florestal e a Câmara Municipal de Mafra do imóvel denominado "Jardim do Cerco" (extrato), datado de 1995, acordo que que por objeto estabelecer os termos da cedência do referido espaço.

Seguidamente são também apresentados documentos que referem a aspetos mais operacionais do processo de candidatura, mais especificamente os protocolos assinados pelas várias entidades gestoras dos espaços integrados no conjunto a classificar: Protocolo para a Criação de uma Unidade de Missão para a Elaboração e Implementação do Programa de Ação que se Destina a Propor a Inscrição do Real Edifício de Mafra na Lista do Património Mundial da UNESCO; Protocolo de Colaboração entre a Escola Prática de Infantaria e a Câmara Municipal de Mafra para a Vigilância das Zonas Florestais da Região de Mafra, Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural, a Tapada Nacional de Mafra e a Escola das Armas (percursos de visita); Protocolo de Colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural e a Tapada Nacional de Mafra (investigação histórico-científica; atividades

de caráter cultural, lúdico, didático e turístico); Acordo de Colaboração entre o Município de Mafra, o Palácio Nacional de Mafra, as paróquias da Azueira, Encarnação, Ericeira e Gradil e o Conservatório de Mafra; Protocolo de Mecenato entre a Direção-Geral do Património Cultural e a Fundação Millennium BCP (conservação e restauro na Sala do Trono).

Apresentam-se também os planos que permitirão a gestão integrada do bem, outro elemento necessário para instrumentar a candidatura. São eles o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios. Caderno III – Plano Operacional Municipal ou a Notícia acerca das águas do Almoxarifado de Mafra. Por último, apresenta-se a síntese do Sistema de Gestão do Real Edifício de Mafra, englobando o Relatório de Atividades da Direção-Geral do Património Cultural de 2016, o Anuário da Escola das Armas de 2015, o Relatório de Gestão do Jardim do Cerco de 2016 e o Relatório e Contas da Tapada Nacional de Mafra de 2015

4.3.1. Justificação da candidatura

Há alguns aspetos que foram devidamente evidenciados na candidatura do Real Edifício de Mafra a Património da Humanidade. De entre estes destaca-se a sua história, a sua arquitetura de estilo barroco diferenciada do resto da Europa, o conjunto de sinos, com um total de 120 sinos e dois carrilhões[42] existentes na Basílica e únicos no mundo, o facto de ser visível do mar, a oito km de distância; a sua relação com momentos importantes da história portuguesa e internacional, ou mesmo o seu papel na história mais recente de Portugal, quando a Escola Prática de Infantaria esteve presente na Revolução de 25 de Abril de 1974, com uma unidade mafrense. A biblioteca conta com cerca de 36.000 volumes, compreendidos entre os séculos XV e XIX, e abrangendo temas distintos desde a Teologia, o Direito Canónico e Civil, História, Geografia e as viagens, Matemática, Arte, Música, Medicina entre muitos outros.

Segundo o documento de candidatura, a integridade e a autenticidade do Real Edifício de Mafra mantêm-se inalterado, desde a sua construção na primeira metade do século XVIII. Ao longo do tempo têm sofrido alterações devido a fatores políticos, económicos e sociais, incluindo perder a sua função de residência real, derivado da implementação da República, mas por outro lado, ganhou a competência museológica. Também perdeu a valência de Convento, com a extinção das ordens religiosas em 1843, esse espaço permitiu a instalação de militares. Por sua vez, a Basílica passou a acolher a sede da Paróquia a 7 de julho de 1836, por último a

[42] Um carrilhão é um instrumento musical de percussão. É formado por um teclado e por um conjunto de sinos de tamanhos variados, controlados pelo teclado. Os carrilhões, normalmente alojados em torres de igrejas ou conventos, são um dos maiores instrumentos do mundo.

Biblioteca, onde até os dias de hoje a sua missão e clara, foca-se em estudos e investigações, assim como preservar as obras de longa data.

Apesar de os anos passarem, as características do Palácio, da Basílica e do Convento permaneceram, na sua essência intactos, continuando assim a representar os valores ideológicos e os princípios estéticos da época joanina. Conseguimos destacar a qualidade estética, a harmonia, a simetria, assim como a coerência do desenho entre outros aspetos.

Existem inúmeros atributos evidentes no que diz respeito ao Real Edifício, pois apresenta os conceitos mais modernos da arquitetura da época, preconizados pelos Jesuítas na sua arquitetura ao *Modo Nostro*, nomeadamente, os princípios de vetustez, salubridade, simplicidade, modéstia, economia e funcionalidade, por fim podemos nomear os métodos avançados de construção e práticas de engenharia.

Todos os elementos apresentados anteriormente permitiram ao Real Edifício de Mafra, candidatar-se a Património da Humanidade e sustentaram o preenchimento do conjunto de critérios que estão na base do reconhecimento do valor excecional universal para Mafra. Os argumentos utilizados para justificar a pretensão de Mafra foram os seguintes:

- **Argumento 1. A genialidade da construção.**

O facto do Real Edifício de Mafra ser um exemplo da arte integral barroca na Europa, cuja matriz neoclassicista reflete e remete para valores avançados para a época, testemunhando propostas de vanguarda da conceção e da engenharia. Para a realização deste monumento foram necessários cerca de 45 mil operários, entre os quais mestres especializados, arquitetos e engenheiros, como também artistas e artesãos internacionais. Todos estes elementos permitiram que o Palácio de Mafra se tornasse um dos monumentos mais formidáveis da primeira metade do século XVIII, na Europa, e assim reconhecido na época:

> "Afastei-me do caminho direito para passar por Mafra, deserto onde o Rei. D. João está a fazer construir um segundo Escorial, em cumprimento de uma promessa feita numa grande aflição. Impensadamente deixou-se comprometer num gasto prodigioso, capaz, por si só, de esgotar as finanças de qualquer outro monarca que não tivesse, como ele, os tesouros do Brasil à sua disposição […]. Foi encomendado em Roma o plano dum edifício mais sumptuoso que o Escorial. […]".[43]

[43] Descrição do viajante suíço Charles Merveilleux por volta de 1720. In Chaves (1983). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Biblioteca Nacional de Portugal.

- **Argumento 2. Obra internacional e multicultural**

Este monumento manifesta um importante intercâmbio de valores humanos e artísticos na sua história, no contexto de formação de uma sociedade multinacional e multicultural. "O Real Edifício expressa um importante intercâmbio de valores humanos e artísticos, no contexto de formação de uma sociedade multinacional e multicultural. Portugal, enquanto nação, restaurou a sua independência e elevou ao trono uma nova dinastia a partir de 1640, a dos Bragança. Durante os reinados de D. João IV (1604-1656, rei 1640), D. Afonso VI (1643-1683, rei 1683) e D. Pedro II (1648-1706, rei 1656), a independência e o poder real foram significativamente reforçadas, mas é apenas com D. João V (1689-1750, rei 1706), no seu longo reinado de 43 anos, que se clarifica a noção de poder absoluto, esclarecido e balizado pela doutrina católica." (Real Edifício de Mafra- Proposta para Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO,2016)

Tanto o Palácio com o Convento de Mafra contou com os desenhos arquitetónicos, esculturas e pinturas de artísticas condecorados da época, formados em várias escolas da Europa, com especial destaque para Roma, onde o barroco europeu alcançou o maior destaque. A exploração de ouro e diamantes no Brasil permitiu a construção do Palácio e Convento. Este monumento prodigioso, apresenta características idênticas e de grandeza de estilo barroco com outros palácios dessa época na Europa. As características artísticas, destacam-se por os dois Carrilhões nas torres da fachada principal que são exemplares únicos no mundo, foram encomendados à antiga Flandres, a paramentaria da Basílica foi encomendada em França e Itália. Por sua vez, no Jardim do Cerco foram plantadas espécies de árvores que existiam em todo o império português, incluindo o Brasil, África e Extremo Oriente.

- **Argumento 3. Obra de vanguarda**

O Real Edifício de Mafra materializa o poder absoluto de D. João V, permitiu a sua reafirmação, consolidar a legitimidade dinástica no panorama internacional, nomeadamente perante o Papado de Roma e permitiu o afastamento da Coroa Espanhola às pretensões ao trono português. Esta grandiosa construção tem origem na dimensão internacional do império português e do seu soberano. Devido às opções estéticas na sua construção declara-se como uma obra vanguardista e ainda um dos melhores exemplos de arquitetura barroca. Para além dos carrilhões e dos órgãos da Basílica, que apresentam excecional relevância para o mundo musical, o Real Edifico de Mafra conta ainda com a Tapada de Mafra que se encontra ligada ao Palácio e ao Convento e ainda a Tapada Militar, esta apresenta-se como um exemplo de

paisagem de grande escala. A mesma apresenta ainda uma unidade de gestão territorial que exibe uma grande aproximação ao Palácio e Convento de Mafra.

- **Argumento 4. Património cultural integrado e significante**

O monumento em questão, está associado à monarquia portuguesa. O Real Edifício de Mafra revela-se como um símbolo do poder absoluto que dominou a Europa no século XVIII, a afirmação de uma ideologia político-religiosa em que o Rei se encontra no topo de uma sociedade hierarquizada. No conjunto encontramos obras de arte de todo o mundo nomeadamente, pintura, escultura entre outros. Na biblioteca do Palácio, considerada por muitos como uma das mais belas do mundo, encontramos livros de todos os tipos, desde a religião à ciência, incluindo conjuntos de peças musicais escritas e ainda algumas obras que eram consideradas "proibidas" ou uma vasta literatura sobre viagens de vários autores estrangeiros dos séculos XVIII ao XX. A Escola de Escultura de Mafra, aqui permanece e apresenta uma herança de trabalho artesanal ligado à escultura em barro e peças utilitárias. Por último, no que diz respeito ao património imaterial, permanecem ainda algumas das procissões criadas no século XVIII, continuando a ser feitas durante a Semana Santa e nos momentos de maior solenidade. Podemos ainda mencionar a obra de José Saramago o Memorial do Convento (com mais de 50 edições e traduzida em 20 línguas) esta obra conta um romance que evoca a construção do Real Edifício e de toda a sua ambiência

Todos os critérios apresentados anteriormente, apresentam grande relevância e como sendo fatores chave para a proposta de inscrição do Real Edifício de Mafra como Património Mundial da UNESCO.

CAPÍTULO 5. Linhas orientadoras para a salvaguarda do Real Edifício de Mafra

5.1. Princípios de gestão no conjunto monumental mundial

Na altura em que a proposta a património da humanidade foi apresentada, o monumento, propriedade do Estado, era tutelado por três entidades: o Ministério da Cultura, o Ministério da Defesa Nacional, e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural. Atualmente alguns dos proprietários foram alterados algo que já foi mencionado anteriormente, sendo que a gestão do conjunto é realizada por entidades diversas. Reforçando o que já foi mencionado as entidades responsáveis pela gestão do conjunto atualmente são a Entidade pública empresarial Museus e Monumentos de Portugal (Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.) com responsabilidade sobre o Palácio Nacional de Mafra e a Basílica de Mafra, a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, com responsabilidade sobre a Tapada Nacional de Mafra, o Ministério da Defesa Nacional, com responsabilidade sobre a Tapada Militar de Mafra e a Câmara Municipal de Mafra, com responsabilidade sobre o Jardim do Cerco.

No âmbito de candidatura a património mundial foi constituída Unidade de Missão, em 15 de maio de 2010, com um representante de cada uma das partes envolvidas nas várias componentes do conjunto patrimonial. A participação das várias entidades no modelo de gestão do bem património mundial é operacionalizada através de acordos e protocolos de cooperação. Estes protocolos e acordos têm como objetivo a conservação, desenvolvimento de atividades conjuntas, a manutenção do bem, entre outros.

O conjunto do Real Edifício de Mafra é gerido pela Museus e Monumentos, E.P.E., empresa pública que resulta da restruturação administrativa governamental ocorrida em janeiro de 2024[44], que ocupa 35,25% de espaço; o Estado-Maior do Exército/Escola das Armas, com 60%; e a Câmara Municipal de Mafra, com 4,8%. O Jardim do Cerco está também sob gestão da Câmara Municipal e a Tapada de Mafra é gerida por uma cooperativa constituída pelas seguintes instituições: Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Câmara Municipal de Mafra, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Fundação Alter Real, Federação dos Arqueiros

[44] Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro. *Diário da República*, Série I, n.º 171/202, pp. 143 – 161. Criação da Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E.

e Besteiros de Portugal, Clube Português de Monteiros, Liga dos Amigos de Mafra, Associação dos Agricultores do Concelho de Mafra.

A gestão do conjunto é realizada em articulação entre o Ministério da Cultura (Museus e Monumentos, E.P.E.), a Câmara Municipal de Mafra, o Ministério da Defesa Nacional (Escola das Armas, na dependência do Estado-Maior do Exército), o Ministério da Agricultura, das Florestas e Desenvolvimento Rural (Tapada Nacional de Mafra, na alçada da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada) e ainda o Patriarcado de Lisboa (Paróquia de Santo André de Mafra), este último exclusivamente ao usufruto do espaço para funções religiosas ao abrigo da Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé.

O conjunto está protegido legalmente, por um conjunto de diplomas: classificação como Monumento Nacional: Decreto de 10-01-1907, publicado no Diário do Governo, n.º 14, de 17-01-1907; Decreto de 16-06-1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23-06-1910; Portaria de 18-05-1948, publicada no Diário do Governo, 2.ª série, de 29-06-1948; Portaria de 13-04-1965, publicada no Diário do Governo, 2.ª série, de 5-05-1965; e da Portaria n.º 178/92, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 127, de 2-06-1992.

Financeiramente, o bem está dependente do Orçamento Anual do Estado Português (Real Edifício de Mafra- Proposta para Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, 2016, p.418). Tem como instrumentos de gestão os planos de atividades anuais e respetivos orçamentos de execução das entidades a que se encontram afeto e posteriores relatórios de atividades anuais.

No seguimento da Unidade de Missão de 2010, foi constituída uma Comissão de Gestão. Esta comissão é presidida atualmente pelo diretor do Palácio Nacional de Mafra, Sérgio Gorjão. Esta comissão é composta e concretiza-se através de acordos e protocolos de cooperação entre as várias entidades, e o seu principal papel e objetivo é a manutenção da autenticidade e da integridade do Real Edifício de Mafra, principalmente através da sua salvaguarda, conservação, gestão e promoção dos planos de atividades anuais. A Comissão de Gestão delega responsabilidades a cada uma das partes envolvidas nas diversas áreas de atuação, estando em maior foco centrada na figura do Gestor do Bem como representante da autoridade nacional que tutela o Património Cultural classificado (incluindo os bens inscritos pela UNESCO) e igualmente como ponto focal entre a relação e articulação entre as diferentes entidades parceiras deste projeto no sentido de se harmonizarem em função das necessidades atuais e futuros.

Com base neste sistema de gestão, é essencial serem definidos objetivos gerais e específicos sobre o mesmo, como a título de exemplo a matriz de análise da gestão estratégica do Real Edifício de Mafra (Quadro 6).

Objetivos	Entidade responsável				
	MMP, EPE	Escola de Armas	Paróquia	CMM	Tapada
Promover o estudo e divulgação do bem;	X	X	X	X	X
Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas (proteção e salvaguarda) para a defesa do bem	X	X	X	X	X
Assegurar a salvaguarda, proteção, valorização, conservação, restauro do bem	X	X	X	X	X
Promover a sustentabilidade do bem, através de mais-valia económica para a localidade, desenvolvendo o turismo cultural	X	X	X	X	X
Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do inventário classificado, nos estudos, na conservação, no restauro, na proteção, na valorização	X				
Assegurar a gestão e a valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico	X				
Promover, executar e fiscalizar as obras ou intervenções necessárias no património cultural	X				
Autorizar planos, projetos, alterações, intervenções de ação pública ou privada a realizar em imóveis classificados	X				
Promover a sensibilização e a divulgação para a defesa e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, através de ações educativas	X				
Conservar e atualizar os arquivos documentais, e as bibliotecas afetas, bem como o banco de dados para o inventário do património arquitetónico e arqueológico	X				
Cumprir com as recomendações das organizações internacionais de que Portugal é parte na sua área de intervenção (incluindo a UNESCO)	X				
Promover a realização de estudos técnico-científicos referentes ao património cultural, estabelecendo parcerias com outras entidades	X				
Apresentar proteção aos sítios arqueológicos, constituídos por elementos cuja localização é conhecida em resultado de estudos realizados até à data				X	
Proteger os imóveis, conjuntos e sítios classificados ou em vias de classificação				X	
Elaboração de documentos de gestão territorial				X	

Identificação das áreas a serem objeto de plano de salvaguarda com vista à valorização do património cultural	X	X	X	X	X
Incentivação à conservação da zona urbana envolvente do Bem	X	X	X	X	X
Assegurar a restauro dos carrilhões e das torres sineiras	X		X	X	
Fomentar o aproveitamento turístico-cultural dos elementos patrimoniais existentes	X	X	X	X	X
Desenvolvimento de programas de investigação científica	X	X		X	X
Incrementação de um estudo que visa a Recuperação da Floresta após o fogo do Instituto Superior de Agronomia, na Tapada Nacional de Mafra					X

Quadro 6. Tabela dos objetivos do Real Edifício de Mafra e qual a entidade responsável pelos mesmos
Fonte: Real Edifício de Mafra- Proposta para a inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO

Este quadro demostra de modo mais simples quais são os objetivos definidos pelo Real Edifício de Mafra e qual das entidades que o constitui cabe a responsabilidade de realizar, desenvolver, assegurar, incentivar, proteger entre outros.

Pode perceber-se pelo mesmo, que alguns dos objetivos como o incentivo à conservação da zona urbana envolvente do Bem, a identificação das áreas a serem objeto de plano de salvaguarda com vista à valorização do património cultural, fomentar o aproveitamento turístico-cultural dos elementos patrimoniais existentes, promover o estudo e divulgação do bem, promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas (proteção e salvaguarda) para a defesa do bem, assegurar a salvaguarda, proteção, valorização, conservação, restauro do bem e promover a sustentabilidade do bem, através de mais-valia económica para a localidade, desenvolvendo o turismo cultural, são objetivos comuns a todas as entidades que estão presentes na gestão do Real Edifício de Mafra.

A monotorização e fiscalização de todos os elementos, objetivos mencionados aquando da execução da candidatura competia ao Ministério da Cultura, através da DGPC. Estas devem ser executadas no Real Edifício de Mafra, de modo, mensal onde se visa assegurar o controlo e manutenção do mesmo, e num plano semanal, cujo objetivo é assegurar a conservação e a reabilitação do Bem, a mesma será realizada por uma equipa multidisciplinar.

5.2. Eixos estratégicos

5.2.1. Visitação

Em outubro de 2013, assinou-se um protocolo de colaboração entre a Direção-Geral do Património Cultural, a Tapada Nacional de Mafra e a Escola das Armas para o desenvolvimento e operação de percursos de visita. Neste protocolo, a DGPC, na altura entidade gestora do local, foi representada pelo Diretor do Palácio Nacional de Mafra, à altura Mário Pereira dos Santos, a Tapada de Mafra pela Presidente da Direção, à altura Alda da Cruz Martins Mesquita, e a Escola de Armas, representada pelo seu Comandante, à data o Coronel Tirocinado Domingos Luís Dias Pascoal.

O objetivo desta iniciativa conjunta é maximizar o potencial turístico, tanto do Palácio Nacional de Mafra como da Tapada Nacional de Mafra. Derivado da distância de um local ao outro ser cerca de 10 minutos (em transportes particulares) pela estrada nacional, a proposta a implementar seria um acesso alternativo através da Tapada de Militar, que se encontra conectada à Tapada Nacional, durante os períodos de fim de semana. Em suma, um bilhete que permitisse aos visitantes encetar um percurso que iniciava com uma visita no Palácio Nacional de Mafra, e depois através de uma caminhada atravessando a Tapada Militar, chegariam à Tapada Nacional de Mafra.

O Palácio Nacional de Mafra de acordo com o referido protocolo, tem diversas obrigações:

- Coordenação entre as várias entidades relevantes no Edifício Real de Mafra, no que diz respeito às datas para as visitas e a necessidade da passagem pela Tapada Militar;
- Formalidade na marcação de visitas, com reuniões mensais de coordenação de atividades e definição da antecedência necessária da marcação das passagens;
- Obrigatoriedade de aceitação de cancelamentos da passagem de grupos pela Tapada Militar, no caso de o espaço estar a ser utilizado para atividades militares;
- A divulgação e promoção desta passagem pela Tapada Militar deve ser realizada em torno da comunidade mafrense e organizações relevantes para a mesma;

Por sua vez, as obrigações da Tapada Nacional de Mafra são:

- Aceitação obrigatória do cancelamento da passagem face as necessidades da Tapada Militar;
- Assegurar as condições para a abertura do portão que permite a ligação entre os dois espaços;
- Participação nas reuniões de coordenação de atividades;

Por último, no que diz respeito às obrigações da Escola de Armas, a mesma compromete-se a:

- Participação nas reuniões de coordenação de atividades;
- Validar as marcações estabelecidas em reunião de coordenação;
- Divulgar e promover, através de meios de comunicação interna e externa, a passagem pela Tapada Militar de Mafra, junto do exército e das organizações com quem se relaciona;

No que diz respeito à segurança destas atividades e passagens, a mesma cai sobre o Palácio Nacional de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra, onde devem cumprir todas as normas e orientações relativas à segurança do itinerário/visita, assim como qualquer instalação ou equipamento militar, que lhe forem comunicadas.

Este acordo/protocolo entre as diferentes entidades neste momento não existe. O trabalho de campo realizado, nomeadamente as entrevistas que foram executadas no âmbito da realização deste trabalho permitiram identificar que este acordo não está ativo. Ou seja, não só não está ativo, como nunca foi realizado, somente foram feitos testes um conjunto de vezes para testar a fiabilidade do projeto. A razão apontada para a não execução deste acordo foi de natureza burocrática.

A investigação exploratória para a realização deste trabalho permitiu a tomada de consciência de algumas situações: em primeiro lugar a relação entre os responsáveis dos três espaços (Palácio, Tapada e Tapada Militar) do bem património mundial mantêm uma gestão, ainda que pautada por ações informais, conjunta do espaço, com reuniões trimestrais onde se debatem e definem assuntos da gestão quotidiana do bem classificado. Permitiu ainda identificar a dificuldade na definição de uma relação articulada estratégica de gestão por parte do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (entidade que tutela a Tapada de Mafra), do Ministério da Defesa Nacional (entidade que tutela a Tapada Militar) e a Museus e Monumentos de Portugal, E. P. E (entidade que tutela o Palácio Nacional).

A burocratização dos procedimentos e dos processos, a legislação diferente que compete a cada uma destas entidades torna difícil a elaboração de projetos estratégicos de maior envergadura. O facto de estarmos perante um conjunto de edifícios que se deve comportar como um, acrescenta complexidade. Por exemplo a existência de um bilhete conjunto para acesso à Tapada e Palácio Nacional de Mafra, é um objetivo que ainda não foi possível de concretizar, muito embora se reconheçam as suas vantagens.

Mas, dito isto todos os anos no âmbito da celebração no aniversário da inscrição do Real Edifício de Mafra (Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada) na lista do Património Mundial da UNESCO, realiza-se uma vez por ano, uma série de atividades, visitas

e espetáculos para a celebração do mesmo, sendo uma delas uma caminhada que começa na Tapada Militar (Escola de Armas) e acaba na Tapada Nacional de Mafra, seguida de uma visita de carro elétrico pela mesma.

No documento de gestão do bem (2016), a fim de responder às necessidades e preferências dos visitantes, têm vindo a ser promovidos três programas de visitação em percurso na Tapada de Mafra, nomeadamente, na Primavera, no Verão e no Outono/Inverno, que envolve um conjunto de atividades de caminhada, interação com os animais da floresta e percursos de bicicleta. São também apontadas propostas para a criação de percursos de visita, com graus de dificuldade diversos de forma a responder às várias necessidades.

Estes circuitos de visita são extensíveis ao Palácio, com propostas para a criação de um circuito do Palácio, circuito do Convento, circuito da Enfermaria e da Basílica; circuito dos carrilhões e zimbório e circuito dos terraços.

5.2.2. Conservação e Restauro

A conservação e restauro é outra das linhas estratégicas na gestão do Real Edifício de Mafra, comos imóveis classificados, e as suas respetivas áreas de proteção considerados prioridades no sentido da valorização e desenvolvimento estratégico de Mafra, tanto no plano económico, com reflexos na sustentabilidade, como no domínio da qualidade de vida.

O conjunto tem beneficiado das várias intervenções que decorreram ao longo da sua utilização, o que resulta num conjunto relativamente estável em termos de estado geral de conservação, com a necessidade de algumas intervenções:

- Salas dos torreões com anomalias de média gravidade; ainda com vista à musealização é necessária uma intervenção onde se encontravam as cozinhas reais;

- No segundo piso do Palácio (Enfermaria), a reabilitação das salas implica a conservação dos revestimentos de pavimentos, paredes e tetos;

- Na ala norte as salas encontravam-se devolutas há décadas, tendo transitado para a tutela da DGPC em 2010, onde se encontrava em desenvolvimento um programa de reabilitação e de musealização;

- Na Basílica, em pior estado de conservação com infiltrações pelas coberturas em terraço sobre as capelas laterais da igreja. Foi-me transmitido por uma funcionária do Palácio Nacional de Mafra que a espectativa é que em setembro deste ano (2024), a Basílica se encontre fechada para obras de restauração no espaço.

- Áreas do Palácio que não são utilizadas com situações de grande deterioração de rebocos em paredes e abóbadas, causadas por infiltrações;

- Os carrilhões, cujo principal problema de conservação "advém do estado deficiente da sua estrutura, nomeadamente, dos elementos em madeira (cabeções), os quais receberam uma intervenção de conservação incorreta, devido aos produtos utilizados, e à época considerados inovadores, mas insuficientemente testados e inadequados para o ambiente em que se encontram expostos" (Real Edifício de Mafra- Proposta para Inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, 2016).

As principais ações recaem quer sobre ações no exterior no conjunto: manutenção das coberturas; reparação de caixilharias; conservação de cantarias em coberturas, dos torreões e da fachada da Basílica; conservação de paramentos exteriores; eliminação de infiltrações; quer sobre o interior: conservação dos paramentos interiores da Basílica; reparação do pavimento da capela do Campo Santo; restauro do teto da Biblioteca. E ainda do património integrado: manutenção extraordinária dos seis órgãos; manutenção anual dos seis órgãos; tratamento das madeiras das estantes da Biblioteca.

No que diz respeito à Tapada de Mafra, as necessidades de conservação e restauro são também objeto da ação de gestão. O objeto destas ações é o património imóvel existente na Tapada e o património natural. No caso do património imóvel, a conservação recai não apenas nos edifícios, mas em todas as estruturas arquitectónicas que se verificam neste conjunto natural. A intervenção na Tapada de Mafra é priorizada no âmbito do Ministério do Ambiente, com a atribuição de uma verba de 500 mil euros para a valorização da Tapada Nacional de Mafra, sendo esta considerada um dos patrimónios naturais e históricos de Portugal mais importante[45].

Esta verba visa influenciar positivamente a conservação da natureza, educação ambiental e requalificação de infraestruturas, com vista a melhorar condições de visitação e promoção da biodiversidade neste espaço. O argumento reside na constatação de que "A Tapada Nacional de Mafra é um tesouro natural e cultural que merece ser valorizado e preservado para as gerações futuras. Este investimento permitirá melhorar as condições de visitação, promover a educação ambiental e contribuir para a conservação da biodiversidade".[46]

[45] Investimento aprovado em agosto de 2024. Informação disponível em https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/comunicado?i=governo-investe-na-valorizacao-da-tapada-nacional-de-mafra.

[46] Tal como veiculado pela Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/comunicado?i=governo-investe-na-valorizacao-da-tapada-nacional-de-mafra.

Neste momento está a decorrer o processo de restauro no Pavilhão de Caça do Rei D. Carlos, no teto do mesmo. Este estado de degradação deriva de humidades e do desgaste temporal. Foi-me igualmente solicitado pelos representantes da Tapada que a divulgação destas imagens seja limitada ao meio académico, pois após o restauro têm planos para a divulgação da transformação deste espaço, assim como o processo de restauro do mesmo.



Figura 8. Estado original do teto antes da restauração Fonte: Inês Alves

5.2.3. Museologia, coleções e acervo

No âmbito das políticas culturais internas definidas para o Real Edifício de Mafra, inclui-se a reestruturação de inventários e a organização de um centro de documentação, bem como a formação dos funcionários, e de sistematização de informação em articulação com as diversas entidades que coabitam no Real Edifício.

No aspeto museológico, refere-se que atualmente esta a ser realizada a mudança do Museu Nacional da Música para o Palácio Nacional de Mafra, onde está a ser requalificada uma área total de 7500 m2 para receber o Museu, que passará a ter um espaço expositivo de quase 2000 m2, num investimento de 5,5 milhões de euros, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Também na Tapada de Mafra, aposta-se em museologia, com a existência de dois espaços expositivos. Uma das exposições intitula-se de "Um Património Natural com História - A Atrelagem". Esta é constituída por viaturas emblemáticas como coches e charretes, arreios, objetos de trabalho, conjunto de loiças entre outros. Outras peças em exposição consistem num conjunto de hastes de um único gamo e veado cujo objetivo é explicar aos visitantes que todos os anos estes animais sofrem um processo que se chama de desmoque (perda das hastes), ou

seja, todos os anos ocorre normalmente entre fevereiro e abril. Este processo é natural completamente natural e através desta exposição conseguimos perceber o crescimento e desenvolvimento das hastes de ano para ano, um fator que pode afetar o desenvolvimento das mesmas é a qualidade de vida e estado de saúde do macho (apenas os machos têm hastes, as fêmeas encontram-se com a cabeça completamente lisa).

Outra peça muito curiosa neste museu é o conjunto de loiças de pó-de-pedra da Fábrica de Alcântara, encomendado pela Rainha D. Amélia com a representação do pavilhão de caça do Rei D. Carlos observando-se no seu lado direito o Castanheiro da Índia, que se calcula ter sido plantado no reinado de D. Luís (pai de D. Carlos). O Castanheiro da Índia é uma árvore protegida na Tapada atualmente por ser centenária em conjunto com o Olaia. Por sua vez, do lado esquerdo encontra-se o símbolo da família de Bragança. O dragão é o símbolo da Casa de Bragança e D. Carlos é o seu representante e é rei (escudo português). De momento este museu encontra-se fechado ao publico geral sendo exclusivo da vista "Trilhos do Rei D. Carlos", realizada somente com marcação prévia.



Figura 9. Armas da Casa Real Portuguesa e Pavilhão da Tapada de Mafra Fonte: Cabral Moncada Leilões

A segunda exposição é o museu da atrelagem onde temos coches e charretes da alguns dos reis, incluindo um que foi utilizado nos passeios do rei D. Carlos com o rei de Inglaterra em Portugal. Outras viaturas foram construídas exclusivamente para a Tapada como meio de transporte. Encontramos ainda um grande mapa que nos indica numa escala menor o tamanho da Tapada, conseguindo deste modo observar as três Tapadas (Tapada Nacional, militar e Jardim do Cerco) e os muros que as dividem, assim como ter uma melhor ideia do número total de hectares que as constituem: 1201 (Jardim do Cerco com cerca de 8 hectares, Tapada Militar ou

1ªTapada com cerca de 360 hectares e por último a Tapada Nacional de Mafra (2º tapada e 3ªtapada) com cerca de 833 hectares).



Figura 10. Mapa ilustrativo do tamanho e divisão das Tapadas Fonte: Inês Alves

5.2.4. Educação Patrimonial

Em termos de posicionamento externo do Real Edifício de Mafra, a relação com a educação também está presente. Neste domínio é prioritário a melhoria da informação prestada nos circuitos de visita do Palácio, nomeadamente, na elaboração de guias, folhetos, folhas de sala, audioguias e aplicações digitais.

A manutenção da apresentação teatral da obra "Memorial do Convento", do Prémio Nobel da Literatura, José Saramago, como forma de interação com as escolas, e elo de ligação à comunidade escolar, e com a população local, com vista à criação de laços emocionais que sirvam de base à ideia de pertença, conhecimento e proteção do Palácio. De acordo com Faria (2017) este seria um fator muito positivo, mas que não está a ser trabalhado e "O «Memorial do Convento» não serve atualmente de motivo-âncora para a visita ao Palácio e à vila" (Faria, 2017, p. 39).

Algumas alterações são, contudo, apresentadas, de modo a aumentar o número de visitantes ao palácio assim como a experiência dos mesmos. No que diz respeito às visitas de estudo

> "Os alunos que, com os seus professores, visitam o palácio, fazem-no tendencialmente a propósito do romance «Memorial do Convento» e têm, naturalmente, a expectativa de poder

> identificar espaços e histórias que leram no livro (…). Neste sentido, estas visitas deveriam ter disponíveis equipamentos digitais – ecrãs tácteis, realidade virtual, hologramas, imagens da época (por exemplo, da construção do Palácio), imagens de personagens do livro, etc… – cujos conteúdos ajudassem na construção do quadro conceptual sobre a realidade história e ficcionada na obra de Saramago. A existência de áudio-guias e aplicações específicas sobre a visita potenciariam, em muito, o interesse desta visita." (Faria, 2017, p. 39-40)

No que diz respeito ainda ao aumento da ligação da visita à obra de Saramago, o autor indica a formação de guias de visitas, tendo em consideração as adaptadas às idades dos visitantes assim como as motivações de cada público-alvo, refere ainda como mencionado anteriormente um investimento em equipamento tecnológico, propõe ainda encenações frequentes de fragmentos da obra no decorrer na visita entre outros.

Pretende-se, também, desenvolver projetos destinados à participação de voluntários; definir linhas editoriais e de encontros regulares sobre história e património (correlacionável com a dimensão patrimonial do Real Edifício) de modo a disseminar o conhecimento sobre o imóvel, tendo o Palácio de Mafra desenvolvido algumas iniciativas, sendo de destacar a conferência "A Construção da Liberdade: Os 50 Anos do 25 de Abril e os Museus". Esta conferência é dividida em dois painéis, o primeiro com cinco especialistas em história política e das mentalidades, cujo objetivo é discutir de modo produtivo a ideia evolutiva da construção da liberdade, assim como o humanismo renascentista ao alvo do Iluminismo e ainda a abolição da escravatura. O segundo painel, organizado em parceira com a APOM- Associação Portuguesa de Museologia[47] reúne-se para debater a importância das instituições, museus, palácios portugueses como instrumentos de formação e cidadania.

O desenvolvimento de circuitos de visitação do Bem, com inclusão da área afeta à Escola das Armas; e manter uma forte proposta de atividade musical, relacionada com os carrilhões e os órgãos históricos da Basílica, através da apresentação de concertos, de estudo e de divulgação do património musicológico, de promoção de concursos internacionais ou nacionais, e de interpretação e composição contemporânea.

Estas linhas estão em consonância com o que é proposto pela MMP, EPE, no sentido de modo a atrair um maior número de visitantes, criou-se uma oferta cultural de museus, monumentos e palácios através da progressão da qualificação da oferta. O objetivo final seria a fomentação de um maior número de visitantes, assim como a atração de mecenato, criar

[47] Segundo o site, a Associação Portuguesa de Museologia foi fundada em 1965 com o objetivo de servir a comunidade de profissionais de museus portugueses. Foi a primeira organização profissional ligada aos Museus a ser fundada em Portugal.

igualmente a curiosidade dos meios de comunicação e sociais de modo a potenciar a projeção internacional do património cultural português[48].

A Tapada Nacional de Mafra, adapta as suas visitas consoante a faixa etária dos seus visitantes. Os visitantes do Passear na Tapada e do Eco Passeio são designados para o público geral onde o guião de visita é genérico. A visita de Passear na Tapada é também agendada entre a Tapada e escolas (estabelecimentos de ensino ou grupos de férias), sendo estes agrupados em pré-escolar, 1ºciclo, 2º e 3º ciclo e secundário, respetivamente para aos grupos mencionados anteriormente existe um guião específico adequado ao nível de aprendizagem de cada um e à matéria que está a ser lecionada em aula, assim como o vocabulário utilizado pelos guias. Isto permite criar uma experiência mais personalizada e de qualidade, valor para cada faixa etária.

5.2.5. Novas tecnologias e transição digital

Na esfera da transição digital, o Real Edifício de Mafra apresenta também algumas linhas de ação, sobretudo a nível da digitalização de fundos bibliográficos e documentais e acessos com sistemas audiovisuais e digitais, assim como sistematização de informação em articulação com as diversas entidades que coabitam no Real Edifício.

No âmbito das políticas culturais nacionais, a transição digital constituiu um eixo de ação prioritário. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) pretende modernizar a infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais públicos e promover a transição digital. Pretendem através desta transição a melhoria das experiências culturais e turísticas, assim como o aumento da procura de atividades culturais bem como diversificar o tipo de públicos, em especial as novas gerações e utilizar as novas tecnologias para a preservação futura de obras de arte assim como a proteção e preservação do património cultural. [49]

- Para que a modernização dos equipamentos e infraestruturas culturais aconteçam aposta-se, entre outras medidas, na digitalização de registos de conjuntos de bens culturais e patrimoniais; na instalação de serviços de internet (wifi) em 50 museus, palácios e monumentos no património português; na elaboração de visitas virtuais a museus. No caso do Real Edifício de Mafra tem grande expressão a construção e instalação do Arquivo Nacional do Som, que tem como missão o desenvolvimento de todo o processo necessário para a criação de uma estrutura arquivística focada nos documentos sonoros. O seu objetivo, será a criação, reunião,

[48] Orçamento e Plano de Atividades para 2024, MMP. EPE.
[49] Informação recolhida através do site Recuperar Portugal no separador **RE-C04-i01** Redes Culturais e Transição Digital – Resiliência. https://recuperarportugal.gov.pt/prr-resiliencia/cultura/re-c04-i01-redes-culturais-e-transicao-digital/.

preservação, gestão, catalogação, disponibilização e acesso a documentos áudio, produzidos no âmbito de qualquer domínio de prática (artística, científica, documental) sendo assim o seu principal objetivo assegurar a preservação dos documentos sonoros para o futuro. [50]

Olhando para o Plano de Atividades e Orçamento da MMP, EPE, este apresenta um diagnóstico dos problemas identificados. A estratégia e visão identifica-se com os princípios apresentados no PRR para a modernização de infraestruturas tecnológicas e a promoção da digitalização de acervos e processos. Um dos problemas identificados é que a maioria dos equipamentos, por exemplo computadores, estão obsolescentes e não existem para suprir as necessidades dos colaboradores.[51] Existe ainda o risco de colapso da infraestrutura de tecnologia de informação que suporta o sistema de inventário móvel dos museus da MMP, EPE e Rede Portuguesa de Museus (RPM).

5.2.6. Acessibilidade

Um elemento que apresenta um grande valor acrescido a um monumento ou sítio é a sua acessibilidade, principalmente no que diz respeito à mobilidade reduzida. A acessibilidade é um dos maiores desafios atuais e que apresenta uma acrescida importância na sociedade. A prática de medidas que permitam a inclusão dos cidadãos com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, para que as mesmas possam desfrutar através do desenvolvimento de pensamento crítico acerca da ideia e das práticas patrimoniais.

A Tapada de Mafra adquiriu em 2022, com o apoio do Turismo de Portugal, três viaturas elétricas com acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, preparados com uma rampa e no chão do carro um sistema como cinto de segurança que permite que uma cadeira de rodas. fique presa em segurança.

Neste momento, desses veículos, designados por Bonelli, Natureza e Esquilo, apenas dois deles estão preparados para esse tipo de visita. É sempre aconselhado que os visitantes que necessitem da utilização de uma cadeira de rodas avisem a Tapada previamente, pois é necessário que os guias prendam as peças de segurança no carro antes do início da visita. Numa

[50] A instalar em Mafra, numa rua oblíqua ao Palácio e Convento de Mafra. https://arquivonacionaldosom.gov.pt/. https://www.publico.pt/2024/06/27/culturaipsilon/noticia/apresentado-arquivo-nacional-som-caixaforte-memoria-sonora-portuguesa-2095569.

[51] No final de 2023 foram contratados pela anterior tutela 50 colaboradores (técnicos superiores, assistentes técnicos de bilhética e conservadores-restauradores) que necessitam de equipamentos que ainda não lhes foram atribuídos. A MMP, EPE até ao final do ano de 2023 previa a contratação de cerca de 100 postos de trabalho, sendo assim necessário obter os equipamentos informáticos e as licenças de sofware necessários para que os mesmos possam exercer as suas funções.

entrevista realizada ao Jornal de Mafra em maio de 2022, um representante não identificado da Tapada refere ainda "(…) sabemos que ainda temos muito para fazer no campo das acessibilidades, e que este foi mais um passo!"[52]

No que diz respeito, ao Palácio Nacional de Mafra, este é um dos edifícios culturais nacionais que não é acessível a pessoas com mobilidade reduzida, o mesmo apresenta diversas largas escadarias até à chegada do museu/parte histórica. Por este motivo em junho de 2021 abriu um concurso público designado por "Instalação de ascensor na Ala Norte" do Palácio de Mafra. De acordo com o Jornal de Mafra, o tema da acessibilidade no Palácio é algo que tem levantado diversos debates ao longo do tempo. Inclusive com a existência em 2016 de um protesto da Associação Salvador (cujo objetivo é promover a inclusão plena das pessoas com deficiência motora), onde o fundador Salvador Mendes de Almeida, deslocou-se ao Palácio e ofereceu ao diretor do mesmo, um bolo e postal pela celebração dos 299 anos do monumento, onde expressou a sua vontade que o Palácio fosse acessível a todos na celebração do seu 300 aniversário (algo que não aconteceu). Este elevador dever ser construído/realizado no mesmo sítio onde se encontrava o elevador construído em 1866 no Real Paço de Mafra, um dos primeiros do país, que fazia a ligação entre o piso térreo e o andar nobre do Palácio. Este elevador designado por caranguejola na época da sua construção, foi mandado executar pela rainha D. Maria Pia de Saboia. O mesmo conseguia transportar até dez pessoas e era manobrado por quatro homens, este foi desmantelado, possivelmente, após o final da monarquia portuguesa.

O elevador só irá estar disponível aos visitantes, após a instalação do Museu Nacional da Música em Mafra, no Real Edifício de Mafra. De acordo com as notícias datadas de 6 de junho de 2024, do próprio site do Museu Nacional da Música, as novas instalações em Mafra ainda se encontram em obras.[53]

5.3. Instrumentos de gestão

A existência de instrumentos de gestão permite garantir a protecção e a gestão dos bens do Património Mundial, assegurando a manutenção do valor universal excecional e as condições de integridade e/ou de autenticidade definidas aquando da inscrição.

[52] Jornal de Mafra. https://jornaldemafra.pt/tapada-nacional-de-mafra-com-novas-viaturas-eletricas-para-pessoas-com-mobilidade-reduzida/.
[53] Museu da Música. http://www.museunacionaldamusica.gov.pt/.

De acordo com as orientações técnicas para a aplicação da Convenção do Património Mundial, com a última revisão em 2008, "todos os bens inscritos na lista do Património Mundial devem ter uma protecção legislativa, regulamentar, institucional ou tradicional adequada que garanta a sua salvaguarda a longo prazo" (CPM, 2010, p. 31). Procura-se então perceber quais as medidas legislativas e de carácter regulamentar (a nível nacional e local) que se aplicam ao Real Edifício de Mafra e que permitem não só assegurar a sobrevivência do bem, bem como a sua proteção e desenvolvimento.

Considerando o âmbito nacional, o Real Edifício de Mafra está classificado como Monumento Nacional, pelo decreto de 10 de janeiro de 1907, publicado no Diário do Governo n.º 14 de 17 de janeiro de 1907, e pelo decreto de 16 de junho de 1910, publicado no Diário do Governo, n.º 136, de 23 de junho de 1910, dispondo de uma Zona Especial de Proteção[54], que estabelece uma área de servidão administrativa (Figura 11).

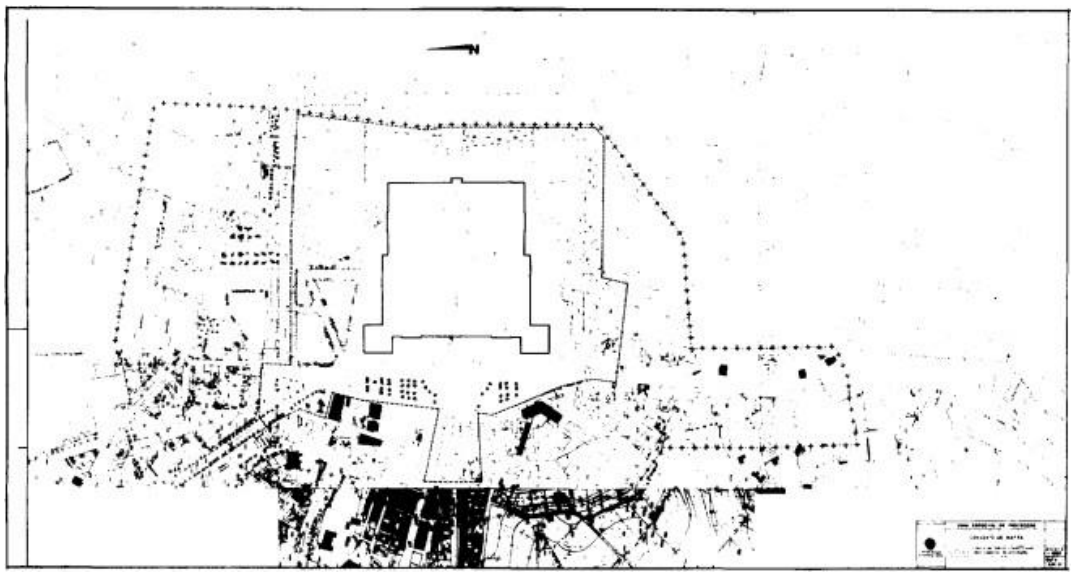


Figura 11. Indicação da Zona Especial de proteção do Palácio Nacional de Mafra, em 1992.
Fonte. *Diário da República*, 2ª série, n.º 127, de 02 de junho de 1992, p. 5075.

Em 2020 torna-se pública a inscrição na Lista do Património Mundial do Real Edifício de Mafra — Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada, juntamente com a planta de delimitação incluindo a zona tampão[55] (para todos os efeitos, a uma Zona Especial de Proteção)

[54] ZEP, Portaria n.º 178/92, de 02 de junho. DR, 2.ª série, n.º 127 de 02 junho 1992
[55] Esta Zona tampão foi aprovada na 43.ª sessão do Comité do Património Mundial. Nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do Decreto--Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, esta zona tampão passa a ser uma Zona Especial de Proteção.

e que corresponde de forma geral, à Tapada, cujo mapeamento constituiu em si, um instrumento para a gestão do bem (Figura 12), tal como é indicado nas orientações técnicas "Devem ser incluídos (…) bem como um mapa em que se indiquem as delimitações exactas do bem e da zona tampão" (CMP, 2010, p. 32).

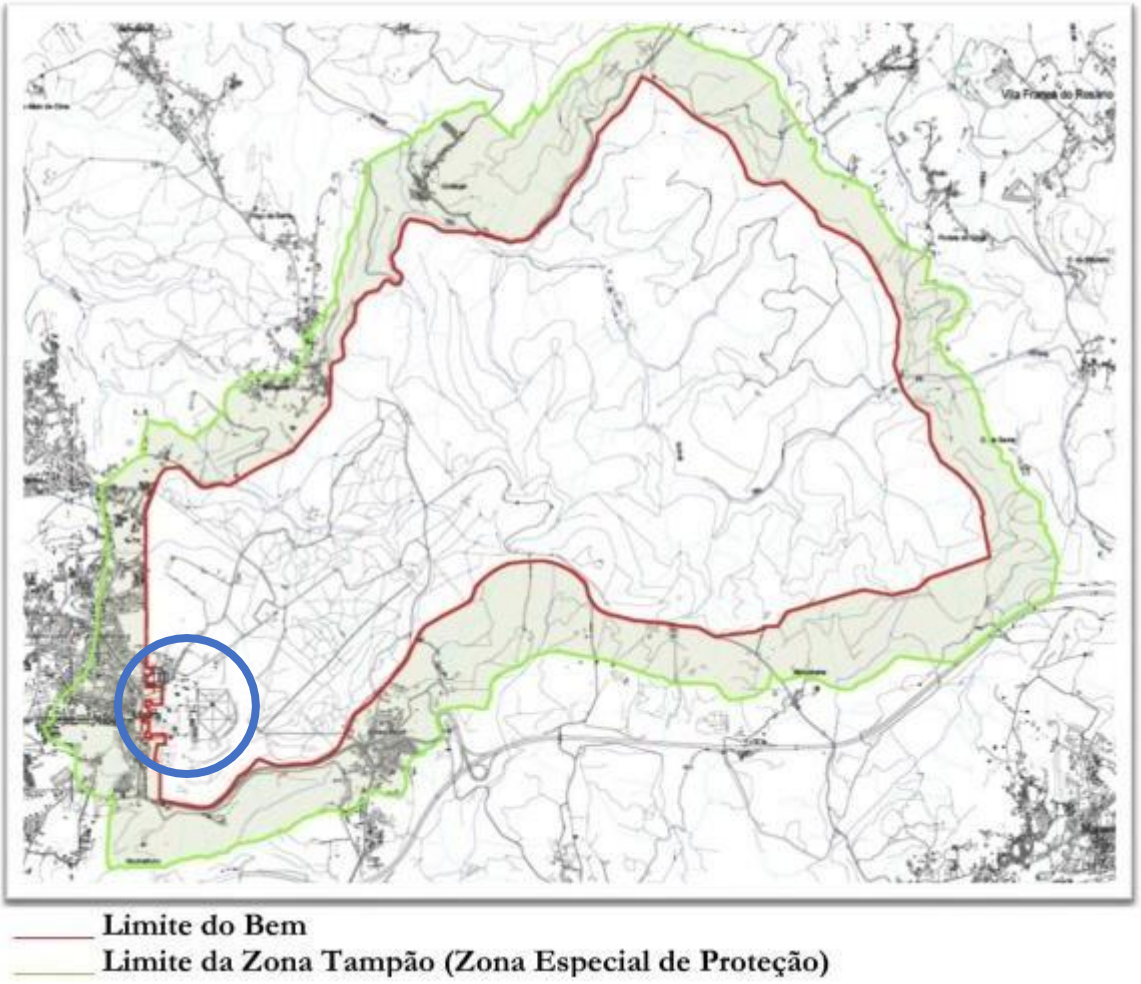


Figura 12. Zonificação do Real Edificio de Mafra, incluindo a zona tampão. A azul está marcado o espaço do palácio e do convento.
Fonte: Diário da República, 2ª Série II, Parte C, n.º 234/2020 de 2020-12-02, p. 36.

Esta zona-tampão destina-se a proteger eficazmente o bem. Trata-se de uma área circundante, cujo uso e exploração estão sujeitos a restrições jurídicas e/ou consuetudinárias. De acordo com as orientações técnicas já referidas, devem ser incluídas perspetivas visuais importantes. No caso do Real Edifício de Mafra, foi realizado um Estudo de Impacte Visual (C.M.M., 2016) que se cruza com o Plano Diretor de Mafra no sentido de garantir que este apresenta soluções para o município com baixas intrusões visuais na zona tampão. As características geográficas desta unidade de paisagem, assim como as relações visuais existentes entre o conjunto e a envolvente permitem a salvaguarda desta dimensão visual, que

são ainda complementadas pelos instrumentos de Gestão Territorial em vigor, nomeadamente o PDM.

De âmbito mais alargado existem, para além deste mapeamento da zona-tampão e os seus impactos visuais caracterizados e analisados através do Estudo de Impacte Visual, o conjunto de regulamentos e despachos, entre os quais o decreto que aprova o regime jurídico[56] dos estudos, projectos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Desta forma, todas as obras que são suscetíveis de afetar a integridade do bem cultural, necessitam de avaliação e monitorização prévia e sistemática, asseguradas por um planeamento adequado e rigoroso.

O Palácio tem dois instrumentos específicos: o Regulamento Interno do Palácio Nacional de Mafra, elaborado em conformidade com a Constituição da República Portuguesa (artigo n.º 112.º do n.º 7) e a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto (art.º 53.º) e o Plano de Segurança do mesmo (aprovado pelo mesmo extinto Instituto dos Museus e da Conservação, em 2008 e atualizado em janeiro 2015 pela Direção-Geral do Património Cultural), e que contém os planos de prevenção e de atuação e as instruções adequadas para assegurar a operacionalidade na rotina e perante vários cenários de acidente. Este plano de Segurança reconhece que o Palácio constitui um edifício homogéneo e coerente, mas que é ocupado por entidades distintas, com atividades diversificadas. O plano argumenta que há um bom relacionamento entre estas entidades e, portanto,

> "não faz sentido a Direção do Palácio, face às responsabilidades que lhe são cometidas no Quadro da Lei dos Museus, ter competência para ordenar a evacuação da Escola das Armas. Competir-lhe-á, somente, informar as outras entidades da situação de emergência que se está a desenrolar na sua área, esperando que o mesmo aconteça no sentido inverso" (Plano de Segurança in Real Edifício de Mafra Proposta para inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO Anexos, 2017, p 133)

Para além destes documentos integradores, o Palácio Nacional de Mafra tem ainda um plano de operações de reabilitação do palácio, incluindo um cronograma e orçamento de execução das principais ações previstas; um plano de operações de conservação e manutenção do Palácio, com um cronograma de ações e um orçamento associado.

No caso da Tapada de Mafra, há outro conjunto específico de instrumentos de gestão. Por um lado, os mecanismos de avaliação de impacto ambiental[57] ao qual acresce um Plano de

[56] Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 113, 15 de junho de 2009.
[57] Regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro.

Gestão Florestal cuja aprovação aconteceu em 2014 pelo Conselho de Administração da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada. Este Plano de Gestão Florestal assenta na criação de três unidades de gestão: conservação e promoção da biodiversidade, unidade de defesa da floresta contra incendio e unidade de produção de madeira de eucalipto (Carrilho & Ferreira, 2014, p. 7) que têm como objetivos principais a "manutenção e conservação sustentável desta área florestal, atendendo à sua história e importância nacional e regional como área de lazer" (Carrilho & Ferreira, 2014, p. 8). O PGF está em consonância com a legislação nacional, regional e local em vigor, desde a Lei do património cultural, 107/2001, de 8 de setembro, o Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios e, naturalmente o Plano Diretor de Mafra (PDM).

Este último assume uma grande relevância enquanto instrumento de gestão do bem, enquanto inserido num determinado território. À data da inscrição do Real Edifício de Mafra na lista do património da humanidade, estava em vigor o Plano Diretor de Mafra que havia sido aprovado em Assembleia Municipal em 30 de abril de 2015, e foi publicado no Diário da República, II série, n.º 114/2015, de 15 de junho[58]. O PDM afeta em grande modo a gestão deste Bem, pois refere-se à proteção e salvaguarda e sobretudo nas áreas confinantes com o Real Edifício. Sendo um instrumento de gestão territorial, o PDM pretende a concentração de opções estratégicas, na ocupação territorial no município, principalmente através da valorização do património cultural, da qualidade ambiental e paisagística do território. Concentra-se ainda na promoção do mosaico rural característico do concelho. A nível de biodiversidade, pretende assegurar a conservação dos ecossistemas, habitats e espécies (princípios presentes na missão da Tapada Nacional de Mafra).

No âmbito do PDM, relacionados com a gestão do bem património na humanidade consideram-se várias condicionantes que limitam as intervenções urbanísticas municipais que podem afetar o bem. Entre estas condicionantes estão

- Carta de classificação e de qualificação do solo. Identifica a maior parte da zona envolvente ao Real Edifício de Mafra como espaços florestais, os quais se destinam preferencialmente à preservação do equilíbrio ecológico e à valorização paisagística, para além da produção florestal e atividades associadas, admitindo-se usos associados ao turismo de

[58] O PDM de Mafra tem uma última atualização em 2023 (Aviso n.º 5280/2023, de 13 de março de 2023).

natureza, recreio e lazer. No caso da ocupação urbana, os três núcleos urbanos contíguos ao Real Edifício de Mafra, têm condições de edificabilidade definidas no regulamento do PDM e a zona da Vila de Mafra, envolvente ao Palácio, encontra-se classificada no PDM como espaços residenciais, áreas consolidadas, e consolidadas de valor patrimonial, sendo a sua ocupação condicionada.

- Carta de estrutura ecológica municipal. Integra, também, a maior parte da área envolvente ao Real Edifício de Mafra, assegurando a continuidade e a interligação entre a rede ecológica metropolitana, definida no Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa, e com a Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e domínio hídrico, e os habitats e espécies com interesse para a conservação da natureza e da biodiversidade no concelho.
- Carta de distribuição de habitats e espécies. Delimita grandes áreas de ocorrência potencial de valores naturais na envolvente ao Real Edifício de Mafra.
- Carta de riscos. Identifica uma grande área envolvente ao Real Edifício de Mafra comozonas de risco, por exemplo zonas de risco de ameaça de cheia, de risco de instabilidade de vertentes e/ou de risco de incêndio.
- Carta de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. Integra o Real Edifício de Mafra e a zona envolvente definindo áreas que deverão vir a ser sujeitas a uma gestão territorial de maior detalhe.

Os instrumentos de gestão integram-se no sistema de gestão definido para o bem património mundial e destinam-se a assegurar a protecção eficaz do bem inscrito, em benefício das gerações atuais e futuras. Mencionam as principais linhas orientadoras para o Património Natural e Cultural em Mafra referindo a salvaguarda do património natural e cultural, e o valor dos mesmos para a preservação da identidade, pois assim apresenta-se com fatores diferenciadores e competitivos no contexto metropolitano de Lisboa. Referem igualmente a necessidade de recuperar os sistemas de produção agrícola e florestal no contexto económico e sustentável do ambiente, contruindo assim uma estratégia fundamental para a valorização da paisagem de Mafra. Existem ainda alguns planos que visam a proteção e a salvaguarda da Tapada, sendo estes objetivos vistos como essenciais.

No que diz respeito, ao Património Cultural (imóvel, móvel e imaterial) os imóveis classificados, assim como as suas áreas envolventes importantes para a proteção do mesmo, são vistos como prioridades, no que toca à valorização e desenvolvimento estratégico, quanto no

plano económico, como na sustentabilidade e na qualidade de vida na Vila de Mafra, como já foi mencionado anterior.

O sistema de gestão integra os instrumentos de planeamento urbano e regional em vigor, e mecanismos de controlo de planeamento, formal e informal. Os meios participativos que são recomendados, não são verificáveis ainda na gestão de Mafra. Os instrumentos de gestão conhecidos dão conta de ciclos de planeamento, execução, acompanhamento, avaliação e reação; da participação dos parceiros e partes interessadas; de afetação dos recursos necessários ou ainda de reforço das competências, mas, com exceção da Tapada de Mafra e do Jardim do Cerco ainda é necessária uma descrição contabilística transparente do funcionamento do sistema de gestão, sobretudo com a publicação de Relatórios de Gestão detalhados. O Estado Português é responsável pela execução de atividades de gestão, em estreita colaboração com os gestores do bem, a entidade encarregue da gestão e os outros parceiros e partes interessadas na sua gestão.

Conclusão

O Real Edifício de Mafra, ou Palácio Nacional de Mafra, é formado pelo Palácio, que integra a Basílica, um Convento, o Jardim do Cerco e uma Tapada, sendo uma das mais magnificentes obras de D. João V. Como referido por muitos autores, os lugares como o Edifício Real de Mafra, são espaços que necessitam de evoluir, de se adaptar às realidades, pessoas, aos tempos e às novidades. A história não acaba, está sempre a ser produzia é um continuum de eventos, produzindo, criando e acumulando memórias e experiências, possibilitando assim a transmissão do património a quem o quiser receber.

A transformação do edifício em atração patrimonial, cultural e turística acompanhou o ciclo de vida do espaço que em Mafra assentou numa convivência entre a grandiosidade e abundância da monarquia portuguesa no reinado do Rei D. João V, numa materialização do poder do rei e a adaptação deste edifício às necessidades de alojamento temporário de uma família real. Para mais tarde adotar uma proposta de utilização e fruição cultural, de índole museológica; com a queda da monarquia em 1910 o Palácio de Mafra irá transformar-se em instituição de fruição cultural, de índole museológica, com a sua abertura ao público em 1911. Estes passos seguiram um modelo que foi amplamente adotado na Europa no século XIX e XX.

De salientar que, apesar da sua funcionalidade relacionada com um uso doméstico, religioso, militar, o Real Edifício de Mafra, desde a sua constituição foi uma atração. A magnificência da construção, a riqueza arquitetónica desde logo recebeu a atenção de visitantes que deixaram escrito pequenas propostas de guiões de visita. Esta capacidade de atração é ainda testemunhada por vários documentos, alguns dos quais vão dando indicações dos números de visitantes que assomavam a Mafra e que se deu conta nesta dissertação. Desde logo, uma primeira conclusão vai para o facto de Mafra, desde logo, ter se constituído como uma atração.

Estas alterações também refletiam abordagens museológicas diferentes, mas tendo sempre em consideração o conceito de casa real, o espaço também sofreu alterações na sua construção para se adaptar a um discurso mais expositivo.

No Palácio Nacional de Mafra, por ser uma casa-museu, o visitante explora uma reorganização do espaço e da história do mesmo, cada divisão e os objetos encontrados na mesma, conta uma história sobre a vida da família real, sobre aquele século e o estilo/tipo de vida da corte real na altura. Algumas das salas foram alteradas em termos de localização para poderem fazer parte do percurso de visita, existem peças que se encontram expostas no Palácio e Tapada que não pertencem aos mesmos, mas obedecem aos critérios históricos necessários para a exposição. Subsiste ainda a necessidade de estabelecer uma relação/ligação entre a

arquitetura original do edifício e o espaço museológico que temos na atualidade. Esta dissertação apresenta uma visão geral no Palácio de Mafra, através da caracterização do mesmo assim como da Tapada de Mafra. Conta igualmente a passagem e o trabalho registado que existe no processo de musealização do mesmo.

A inscrição do Real Edifício de Mafra na Lista do Património Mundial da UNESCO, trouxe novas alterações ao espaço. Com uma função cultural já consagrada, foi o espaço pensado num conjunto mais alargado, o que por si, só, corresponde a um novo pensar sobre a sua função enquanto atração. Este foi o núcleo da dissertação

A proposta de candidatura, apresenta não só grande relevância para o país como mais especificamente para o concelho de Mafra. Sendo uma honra o Real Edifício de Mafra ser sido classificado como Património Mundial da UNESCO, esta classificação foi um processo demorado, de muito trabalho e presentou diversos desafios, desde toda a gestão envolvida necessária entre todas as entidades, assim com os instrumentos de gestão necessários e outro exemplo seria a constate necessidade de conservação, preservação e restauro do Edifício Real de Mafra. Mesmo após a classificação, este Bem, para manter a sua classificação e relevância nacional e internacional sendo considerado, o mais importante monumento do barroco português, necessita de manter os seus parâmetros de qualidade assim como de conservação e restauro o que implica grandes verbas monetárias entre outros desafios e obstáculos.

Em suma, esta dissertação permitiu-me perceber a complexidade subjacente a um processo de candidatura a Património da Humanidade por parte da UNESCO. Não só o trabalho "prático" necessário, mas igualmente toda a vasta burocracia envolvida em todo o processo, especialmente se tivermos em consideração que o Real Edifício de Mafra é gerido por diferentes entidades, como foi referido anteriormente, e este facto pode levar a que seja mais desafiador a existência de um consenso entre todas as partes envolvidas, mas como foi referido ao longo do trabalho existe grande cumplicidade entre as mesmas e visto que todas as partes envolvidas querem o sucesso e proteção do Bem, torna-se mais fácil o êxito do mesmo.

Fontes

Legislação

Decreto de 24 de outubro de 1901. Organização das corporações consultivas da Secretaria de Estado dos Negocios das Obras Publicas, Commercio e Industria que funccionam junto da Direcção Geral das Obras Publicas e Minas.

Decreto de 30 de dezembro de 1901. *Diário do Governo*, n.º 153, de 12 de junho de 1902. Bases para a classificação dos immoveis que devam ser considerados monumentos nacionais, em bem assim dos objectos mobiliários de reconhecido valor intrínseco ou extrínseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos públicos.

Decreto de 10 de janeiro de 1907. *Diário do Governo*, n° 14, de 17 de janeiro de 1907.

Decreto de 16 de junho de 1910. *Diário do Governo*, n.º 136, de 23 de junho de 1910.

Decreto de 28 de junho de 1912. *Diário do Govêrno*, n.º 150, ano 1912, de 28 de junho.

Portaria de 13 de outubro de 1910. *Diário do Governo*, n.º 8, 14 de outubro de 1910.

Constituição da República Portuguesa. *Diário da República*, Série I, n.º 86/1976, de 1976-04-10.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. *Diário da República*, I Série - A, n.º 209, de 08 de setembro de 2001, pp. 5808-5829.

Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. *Diário da República*, I Série - A, n.º 195, de 19 de agosto de 2004, pp. 5379-5394.

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 113, 15 de junho de 2009, 3647-3659.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 206, 23 de outubro de 2009, pp. 7975-7987.

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro. *Diário da República*, Série I, 2º Suplemento, n.º 211, de 2013-10-31, pp. 6328(6)- 6328(31).

Decreto-Lei n.º 78/2023, de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 171/2023, Série I de 2023-09-04, 130-142.

Decreto-Lei n.º 79/2023, de 4 de setembro. *Diário da República*, n.º 171/2023, Série I de 2023-09-04, 143-161.

Despacho Normativo n.º 52/91, de 01 de março. *Diário da República*, Série I-B, n.º 50.

Portaria 178/92, de 02 de junho. Diário da República, II série, n.º 127, 02-06-1992, p. 5075.

Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho. Diário da República, Série II, n.º 114, de 2015-06-15, pp. 15777 – 15817.

Aviso n.º 19647/2020, de 02 de dezembro de 2020. *Diário da República*, 2ª série, parte C, n.º 234, p. 33-36.

Aviso n.º 5280/2023, de 13 de março. *Diário da República*, Série II, n.º 51, pp. 339-490.

Centro do Património Mundial (2010). Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial. UNESCO/Comité Intergovernamental para a proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Fontes Administrativas

AAVV (2016). *Real Edifício de Mafra. Proposta para a inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO*. https://whc.unesco.org/en/list/1573/documents/. Acedido em maio de 2024.

AAVV (2016). *Real Edifício de Mafra. Proposta para a inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO Anexos*. https://whc.unesco.org/en/list/1573/documents/. Acedido em maio de 2024. Acedido em: julho de 2024, em: https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/PAO_2024_d1fafa06b9.pdf.

Câmara Municipal de Mafra (2016). Estudo de Impacte Visual do Real Edifício de Mafra e zonas envolventes. In AAVV, *Real Edifício de Mafra. Proposta para inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO*. Anexos (112-130).

https://recuperarportugal.gov.pt/prr-resiliencia/cultura/re-c04-i01-redes-culturais-etransicao-digital/.

Museus e Monumentos de Portugal. (s.d.) Plano de Atividade e Orçamento| 2024. Acedido em: julho de 2024, em: https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/PAO_2024_d1fafa06b9.pdf.

Plano de Segurança do Real Edifício de Mafra (Extrato) (2016). In AAVV, *Real Edifício de Mafra. Proposta para inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO. Anexos* (pp.132-149)

Recuperar Portugal. (s.d.). RE-C04-i01- Redes Culturais e Transição Digital.

Tapada Nacional de Mafra. (s.d) *Relatório de Atividades e Contas de 2023*. https://tapadademafra.pt/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-Atividades-e-Contas-TNM-2023_compressed.pdf. Acendido em junho de 2024

Outras Fontes

Chaves, C.-B. (pref., trad., nt.) (1983). *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros.* Biblioteca Nacional de Portugal.

Chaves, C.-B. (apr., trad., nt.) (1989). *Portugal nos séculos XVII e XVIII. Quatro testemunhos.* Lisóptima Edições.

Chaves, L. (1916). Visitas de Estudo. *O Archeologo Português*, vol. XXI, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 231-234.

Gandra, M.J. (sel., org., nt.) (2005). O Monumento de Mafra: visto por estrangeiros (1716-1908). Câmara Municipal de Mafra.

Ivo, J. (1930). O monumento de Mafra, Lisboa, Ed. Marques Abreu.

Marques, G. (1997 [1962]). Lendas de Portugal, vol. IV. Círculo de Leitores, pp. 67-71.

Murphy, J. (1795). *Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and Alem-Tejo in the years 1789 and 1790*. London, A. Strahan and T. Cadel jr and W. Davies printers, pp. 287-290.

Príncipe Lichnowsky (1845). Portugal. Recordações do anno de 1842, 2ª edição. Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 133-139.

Queiroz, J. (1911). *Museu de Mafra: Inauguração*. Imprensa Libânio da Silva.

Queiroz, J. (1991). Museu de Mafra, Lisboa, Imp. Libanio da Silva.

Riegl, A. (2014). O Culto Moderno dos Monumentos. Editora Prespetiva,

Texedor, A. (1751). *Discurso sagrado politico moral, nas sumptuosas exequias, que a muito nobre e muy leal cidade de Sevilha consagrou ao Fidelissimo Senhor D. João V*. Lisboa: Officina de Francisco Luiz Ameno

Imprensa

Jornal de Mafra (05 de outubro de 2023) [online]. https://jornaldemafra.pt/a-5-de-outubro-de1910-familia-real-segue-para-o-exilio-a-partir-da-ericeira-3/

Jornal de Mafra (21 de agosto de 2023) [online]. https://jornaldemafra.pt/mafra-noiteinternacional-dos-morcegos-no-palacio-nacional-de-mafra/.

Jornal de Mafra (22 de maio de 2022) [online]. https://jornaldemafra.pt/tapada-nacional-demafra-com-novas-viaturas-eletricas-para-pessoas-com-mobilidade-reduzida/.

Jornal de Mafra (8 de julho de 2024) [online]. https://jornaldemafra.pt/museu-da-musicaobras-no-palacio-de-mafra-atrasadas-e-mais-caras/ .

Jornal de Mafra, Anno II, nº 54, Domingo, 8 de julho de 1888.

O Correio de Mafra, Anno VII, n.º 264, de 10 de abril de 1904.

O Mafrense, Ano II, n.º 102, de 1 de dezembro de 1889.

O Mafrense, Anno II, nº104, 15 de dezembro de 1889.

O Mafrense, ano IV, n.º 183, de 21 de junho de 1891.

Renascença. (2017, janeiro). Mafra apresenta candidatura do Palácio à UNESCO. https://rr.sapo.pt/noticia/vida/2017/01/27/mafra-apresenta-candidatura-do-palacio-a- unesco/74483/

RTP Arquivos. (1996, abril). Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/biblioteca-do-palacio-nacional-de-mafra/.

Bibliografia

Belo, C. M. D. S. A. (2010). *A musealização do Palácio Nacional de Mafra* [Dissertação de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte-IUL. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3855/4/master_cristina_antunes_belo.pdf.

Cabral, M. (2001). Exhibiting and communicating history and society in historic house museums. *Museum International*, *53*(2), 41-46.

Carnaxide, J.H.S. (2010). *O Museu de Escultura Comparada de Mafra: um projecto romântico no Estado Novo*]Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/1972.

Canadian Tourism Commission. (1998). *Canada's Tourist Attractions: A Statistical Snapshot 1995-96*. Authority of the Minister Responsible for Statistics Canada.

Carvalho, A. A. (1992) *Obra Mafrense*. Mafra, Câmara Municipal de Mafra.

Centro Nacional da Cultura. (2019, março). *Mudar o Museu da Música para Mafra é matá-lo ou dar-lhe uma segunda vida?*. https://www.e-cultura.pt/artigo/23970.

Chapman. A., Light, D. & Richards, S. (2021). Heritage attractions, competitive pressures and adaptation: the case of the British seaside pier. *Journal of Heritage Tourism*, vol. 16, n. º 5, 533-545.

Costa, J. S. (1943) *D. Carlos I*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Custódio, J. (2012-2013). Tempos de esperança: a associação dos arqueólogos portugueses e a 1.ª república (1910-1926): continuidades e mudança. *Arqueologia e História, Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, vol. 64-65, pp. 45-80.

Dall'igna, C., & Gastaud, C. (2010). Museu, permanência e transformação. *Portugal: AEAULP*. https://arquimuseus.arq.br/anais-seminario_2010/eixo_i/p1-artigo-claudia-dalligna_carla-gastaud_formatado-26-11.pdf.

Event Point. (2023, dezembro). *Portugal e o turismo cultural: uma receita de sucesso*. https://www.eventpointinternational.com/opiniao/portugal-e-o-turismo-cultural-uma-receita-de-sucesso.

Faria, F. (2017). *Palácio Nacional de Mafra e Turismo Cultural: Uma Análise Netnográfica da sua Imagem de Marca* [Dissertação de Mestrado, Universidade Europeia]. Repositório Comum RCAAP. https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/18321?mode=fullFaria, F. E. G.

(2027). *Palácio Nacional de Mafra e Turismo Cultural: Uma Análise Netnográfica da sua Imagem de Marca*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Europeia) Reportório Comum. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18321/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20M-GTH%20-%20Fernando%20Faria%2050029504.pdf.

Gama, L. F. M. (1985). *Palácio Nacional de Mafra: roteiro*. ELO.

Gama, L. F. M. (1991). *Palácio Nacional de Mafra*. Instituto Português do Património Cultural.

Gandra, M. J. (1989). *Mafra Barroca (iconografia)*. Associação da Nobreza Histórica de Portugal/Fundação da Casa de Bragança/Instituto Rainha D. Leonor.

Gandra, M. J. (2002). *O Monumento de Mafra de A a Z*. Câmara Municipal de Mafra.

Gandra, M. J. (2016). *Arte da memória e hermética na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Centro Ernesto Soares de Iconografia e Simbólica/Instituto Mukharajj Brasilan.

Gandra, M. J. (2023). *Hermética (alquimia, kabbalah, profecia) no acervo da biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Centro de Interpretação da Vila de Mafra

Gandra, M.J. (coord.) (2003). *A Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Câmara Municipal de Mafra.

Gomes, J. D. C. D. M. (1866). *O Monumento de Mafra*. *Biblioteca Nacional de Portugal*. Typ. Mafrense, 1866.

Gonçalves, C. V., Carvalho, J. M. L. & Tavares, J. (2020). *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*. Fundação Millennium Bcp.

Gordon, A. (2002). Heritage Tourism. In E. G. E. Zuelow & K. J. James (eds), *The Oxford Handbook of Tourism History*. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190889555.013.31, accessed 20 Sept. 2024.

Kiefer, F. (2000). Arquitetura de museus. *Rio Grande do Sul: UFRGS-ArqTexto*. https://www.ufrgs.br/propar/wp-content/uploads/2023/06/1_Kiefer.pdf.

Lowenthal, D. (2015). *The past is a foreign country revisited*. Cambridge University Press.

Mondo, T. S. & Fiates, G. (2017). TOURQUAL: Proposta de Um Protocolo Para Avaliação da Qualidade dos Serviços Em Atrativos Turísticos. *Brazilian Business Review*, 14, 4, 448-465.

Monteiro, N. G. (2006). *D. José I, na sombra de Pombal*. Edições Círculo de Leitores.

Montenegro, M. M. (1995). *Palácio Nacional de Mafra*. Colares Editora.

Museu Nacional da Música (2023, setembro). *Fecho ao Público* http://www.museunacionaldamusica.gov.pt/.

Nogueira, I. (2023). *A cultura científica em Portugal no século XVIII: levantamento, caracterização e análise do acervo científico da biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*

[Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa].

Pereira, J. F. & Aboim, P. (1994). *Arquitectura e escultura de Mafra: retórica da perfeição*. Presença.

Pereira, J. F. (2003). *A escultura de Mafra*. IPPAR.

Pereira, M & Medeiros, J. (2012). *Ordens de Cavalaria, monásticas e iniciáticas: três caminhos para o auto-conhecimento na Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra*. Palácio Nacional de Mafra.

Pimentel, A. F. (2002). *Arquitectura e Poder: o Real Edifício de Mafra*. 2ª ed., Livros Horizonte.

Pimentel, A.F. (2017). Do Convento de Mafra ao Real Edifício. *Revista Monumentos*, 35, pp. 38-51.

República Portuguesa. (2024, agosto). *Governo investe na valorização da Tapada Nacional de Mafra*. https://www.portugal.gov.pt/pt/gc24/comunicacao/comunicado?i=governo-investe-na-valorizacao-da-tapada-nacional-de-mafra.

Rosas, L. (1995). *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval - património restauro (1835-1928)* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Texto policopiado.

Silva, M. B. N. (2006). *D. João V*. Edição Círculo de Leitores.

Anexos

Anexo A

Guião da entrevista à Assistente Técnica do Palácio Nacional de Mafra, Exmª Srª Adriana Barão de Medeiros

Questões:

- Quando foram abertas as portas ao público pela primeira vez? E quais os preços por entrada implementados nessa altura?
- Qual o número aproximado de funcionários a trabalhar no Palácio? Existem recursos humanos suficientes e com especialização na área?
- Qual o contexto da candidatura do Real Edifício de Mafra- Palácio, Basílica, Convento, Jardim do Cerco e Tapada de Mafra a Património Mundial? Quando é que foi submetida? Quem é que dinamizou essa candidatura? Como é que decorreu o processo?
- Visto que o Sr. Diretor fez parte da equipa técnica e científica que elaborou o dossier da candidatura do Real Edifício de Mafra a Património Mundial, dispõe de alguns documentos ou relatos sobre o mesmo que possa disponibilizar para a elaboração da dissertação em questão?
- Quais as alterações registadas na gestão e administração do Palácio após/através da classificação de Património Mundial?
- Quais as alterações nos modelos de gestão anteriores (administração do diretor Mário Pereira) e os modelos de gestão atuais/ futuros (diretor Sérgio Gorjão)? Que diferentes medidas foram implementadas pelo presente diretor? Quais as linhas estratégicas e elementos chave na gestão deste edifício?
- Qual o plano de gestão atual e se está prevista alguma alteração ou revisão face ao período de 2023/2024?
- Qual a relação entre as diferentes entidades que compõem o Real Edifício de Mafra?